



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Pró-reitoria de graduação e Educação Profissional
Campus Toledo

Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Eletrônica

Toledo
2021

Núcleo Docente Estruturante

Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Eletrônica

Projeto Pedagógico de Curso apresentado ao
Conselho de Graduação e Educação Profissional - COGEP da UTFPR e aprovado pela
Resolução **COGEP XXX, DE XX/XX/20XX**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Pró-reitoria de graduação e Educação Profissional
Campus Toledo

Toledo
2021

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização dos 13 Câmpus da UTFPR	9
---------------------------------------------------------	---

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	8
1.2	HISTÓRICO DO CÂMPUS	9
1.3	HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO E/OU DO CURSO . . .	11
1.3.1	Primeira atualização na matriz curricular	11
1.3.2	Segunda atualização na matriz curricular	13
1.3.3	Terceira atualização na matriz curricular	13
1.4	CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	14
2	VALORES E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	16
2.1	VALORES/PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GRADUAÇÃO	16
2.1.1	Valores UTFPR: inovação e qualidade e excelência	17
2.1.2	Valores UTFPR: ética e a sustentabilidade	18
2.1.3	Valores UTFPR: desenvolvimento humano	20
2.1.4	Valores UTFPR: integração social	21
3	POLÍTICAS DE ENSINO	22
3.1	ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA E INTERDISCIPLINARIDADE	22
3.2	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	24
3.3	FLEXIBILIDADE CURRICULAR	25
3.4	MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	27
3.4.1	MOBILIDADE ESTUDANTIL NACIONAL	27
3.4.2	MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL	28
3.5	ARTICULAÇÃO COM A PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO	28
3.6	ARTICULAÇÃO COM A EXTENSÃO	30
4	CONTEXTUALIZAÇÃO	32
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	32
4.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	33
4.3	QUADRO DE DADOS GERAIS DO CURSO	34
4.4	FORMA DE INGRESSO E VAGAS	35
4.5	OBJETIVOS DO CURSO	35

4.6	PERFIL DO EGRESSO	37
5	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	38
5.1	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	39
5.2	MATRIZ CURRICULAR	40
5.2.1	Regime Letivo	43
5.2.2	Duração do curso	43
5.2.3	Carga horária de atividades teóricas e práticas	43
5.2.4	Carga horária das Aulas à Distância (AD)	43
5.2.5	Carga horária do Estágio Curricular Obrigatório	43
5.2.6	Carga horária do TCC	44
5.2.7	Carga horária de Atividade complementares	44
5.2.8	Carga horária das Atividades de Extensão	44
5.3	CONTEÚDOS CURRICULARES	44
5.3.1	Unidades Curriculares do Primeiro Período	44
5.3.2	Unidades Curriculares do Segundo Período	49
5.3.3	Unidades Curriculares do Terceiro Período	54
6	ARTICULAÇÃO COM OS VALORES, PRINCÍPIOS E PO- LÍTICAS DE ENSINO DA UTFPR	59
6.1	DESENVOLVIMENTO DA ARTICULAÇÃO ENTRE A TE- ORIA E A PRÁTICA	59
7	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO	60
7.1	Coordenação do curso	60
7.2	Colegiado do curso	61
7.3	Núcleo docente estruturante (NDE)	62
7.4	Corpo docente	63
8	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	65
8.1	Comissão própria de avaliação	65
8.2	POLÍTICA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO (INTERNA)	65
8.3	AVALIAÇÃO EXTERNA	65
8.4	Avaliação do corpo docente	66
8.5	Avaliação do curso	67
8.6	Avaliação institucional	67
8.7	ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	68
9	POLÍTICA INSTITUCIONAL DE DESENVOLVIMENTO PRO- FISSIONAL DOCENTE	70

10	ESTRUTURA DE APOIO	73
10.1	ATIVIDADES DE TUTORIA	73
10.2	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	73
10.3	AMBIENTES DE APRENDIZAGEM (PRESENCIAL/HÍBRI- DO/EAD)	74
10.4	MATERIAL DIDÁTICO	75
10.5	INFRAESTRUTURA DE APOIO ACADÊMICO	76
10.6	INSTALAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS	76
11	PREVISÃO DO QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO .	78
	REFERÊNCIAS	79

PENDÊNCIAS

GERAL

- Mudar a palavra disciplina para “unidade curricular”?

CAPÍTULOS 1 E 2

- Estão sob revisão do Nakano e Marcos (01/04/2021)

CAPÍTULO 3

- A [seção 3.1](#) foi copiada do PCC atual, precisa verificar se está atualizado em relação às novas DCNs. Também precisa verificar as porcentagens de aulas práticas (o texto está destacado em amarelo);
- A [seção 3.2](#), que trata das competências, precisa ser atualizada para a DCN atual;
- A [seção 3.3](#) precisa ser revisada, remover ou modificar os parágrafos grifados em amarelo;

CAPÍTULO 4

- Atualizar quantitativo de engenheiros no Brasil. Estudo apontam que etá sobrando profissionais, mas falta os bons, aqueles que são melhores qualificados. [clique aqui para a fonte](#).
- Resumir a [seção 4.5](#);
- Na [seção 4.6](#), verificar se mantemos o texto feito durante o desing de cursos;

CAPÍTULO 5

Complementar de acordo com o texto norteador

-

APRESENTAÇÃO

Este documento, contém o Projeto Pedagógico do Curso de **Engenharia Eletrônica** do câmpus Toledo, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (1, 2, 3, 4, 5). É o resultado do trabalho coletivo entre Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Curso, professores e da Diretoria de Graduação (DIRGRAD-TD), considerando as legislações e normas nacionais, as institucionais, as especificidades e demandas locais, conforme estabelecido no art.13º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (6).

Nele estão contidas as ações educativas e as características necessárias ao curso para cumprir seus propósitos e suas intencionalidades. Deve ser conhecido e utilizado como importante norteador de suas ações, pelos profissionais a ele vinculado direta ou indiretamente.

Ao expressar a organização do curso em seu todo, o documento demonstra a importância do papel social da universidade pública, das ações comprometidas com o ensino de qualidade e excelência, para o enfrentamento de novos desafios profissionais e humanos, atribuindo centralidade à flexibilidade curricular, ao empreendedorismo e à inovação.

Consequentemente, este projeto está de acordo com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação Regulares da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (7), com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia (8) e com as Diretrizes Institucionais Específicas para a habilitação profissional pretendida.

O compromisso com a formação de cidadãos capazes de propor soluções tecnicamente acertadas e considerar os problemas diversos em sua totalidade e múltiplas dimensões está presente desde o perfil do egresso e objetivos do curso, perpassando pelos valores e princípios institucionais, políticas de ensino, até o desenvolvimento de projetos e disciplinas extensionistas.

Neste contexto, a Engenharia Eletrônica, como uma profissão em constante mutação, responsável por elevado impacto socioeconômico mundial, exige um projeto que direcione ações pedagógicas que contemplem as características supracitadas, mantendo o curso atualizado com as correntes tecnológicas e educacionais contemporâneas, no sentido de oferecer sempre um curso de excelência à sociedade.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Este Capítulo trata de dados históricos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o contexto da instituição no estado do Paraná e a instauração do curso de Engenharia Eletrônica no Câmpus da cidade de Toledo.

1.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

A história da UTFPR teve início no início século passado. Sua trajetória começou com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em várias capitais do país, pelo então presidente Nilo Peçanha, em 23 de setembro de 1909. No Paraná, a escola foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1910, em um prédio da Praça Carlos Gomes em Curitiba. O ensino era destinado a garotos de camadas menos favorecidas da sociedade, chamados de “desprovidos da sorte”. Pela manhã, esses meninos recebiam conhecimentos elementares (primário) e, de tarde, aprendiam ofícios nas áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria. Inicialmente, havia 45 estudantes matriculados na escola, que, logo em seguida, instalou seções de Pintura Decorativa e Escultura Ornamental. Aos poucos, a escola cresceu e o número de estudantes aumentou, fazendo com que se procurasse uma sede maior. Então, em 1936, a Instituição foi transferida para a Avenida Sete de Setembro com a Rua Desembargador Westphalen, onde permanece até hoje.

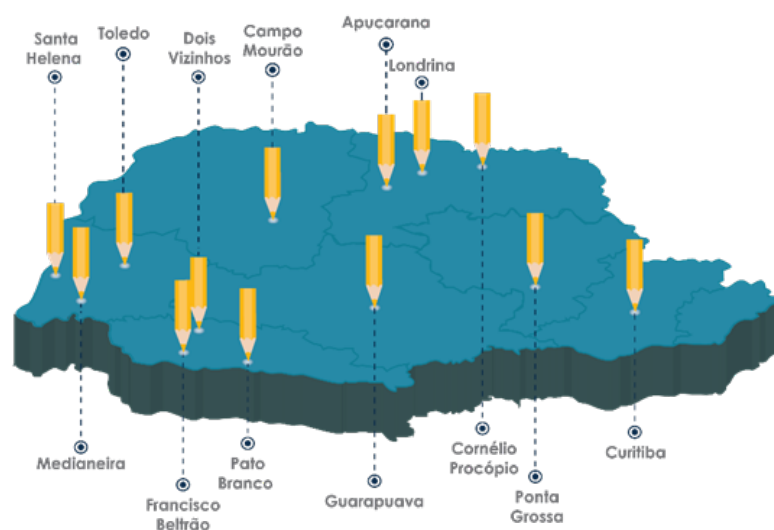
O ensino tornou-se cada vez mais profissional até que, no ano seguinte (1937), a escola começou a ministrar o ensino de 1º grau, sendo denominada Liceu Industrial do Paraná. Cinco anos depois (1942), a organização do ensino industrial foi realizada em todo o país. A partir disso, o ensino passou a ser ministrado em dois ciclos. No primeiro, havia o ensino industrial básico, o de mestria e o artesanal. No segundo, o técnico e o pedagógico. Com a reforma, foi instituída a rede federal de instituições de ensino industrial e o Liceu passou a chamar-se Escola Técnica de Curitiba. Em 1943, tiveram início os primeiros cursos técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores. Antes dividido em ramos diferentes, em 1959, o ensino técnico no Brasil foi unificado pela legislação em vigor.

A escola ganhou, assim, maior autonomia e passou a chamar-se Escola Técnica Federal do Paraná. Em 1974, foram implantados os primeiros cursos de curta duração de Engenharia de Operação (Construção Civil e Elétrica). Quatro anos depois (1978), a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), passando a ministrar cursos de graduação plena. A partir da implantação dos cursos superiores, deu-se início ao processo de “maioridade” da Instituição, que avançaria, nas décadas de 80 e 90, com a criação dos Programas de Pós-Graduação. Em 1990, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico fez com que o CEFET-PR se

expandisse para o interior do Paraná, onde implantou unidades. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE) (6), que não permitia mais a oferta dos cursos técnicos integrados, a Instituição, tradicional na oferta desses cursos, decidiu implantar o Ensino Médio e cursos de Tecnologia. Em 1998, em virtude das legislações complementares à LDBE, a diretoria do então CEFET-PR tomou uma decisão ainda mais ousada: criou um projeto de transformação da Instituição em Universidade Tecnológica.

Após sete anos de preparo e o aval do governo federal, o projeto tornou-se lei no dia 7 de outubro de 2005. O CEFET-PR, então, passou a ser a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (9) – a primeira especializada do Brasil. Atualmente, a Universidade Tecnológica conta com 13 câmpus, distribuídos nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo, conforme mostra a [Figura 1](#). O [Quadro 1](#) apresenta, de forma resumida, as diferentes denominações que a instituição teve ao longo do tempo.

Figura 1 – Localização dos 13 Câmpus da UTFPR no estado do Paraná



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

1.2 HISTÓRICO DO CÂMPUS

O município de Toledo está situado na região Oeste do Paraná à 555 km de Curitiba e à 1445 km de Brasília. Pela sua localização geográfica, constitui uma área geopolítica estratégica e de relevância para a integração dos povos do Cone Sul da América. A cidade de Toledo possui aproximadamente 130 mil habitantes, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (10).

Quadro 1 – As diferentes denominações da UTFPR ao longo de sua existência

Ano	Denominação
1909	Escola de Aprendizes Artífices do Paraná
1937	Liceu Industrial do Paraná
1942	Escola Técnica de Curitiba
1959	Escola Técnica Federal do Paraná
1978	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR)
2005	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

O município de Toledo é polo microrregional, sede da 18^a Região Administrativa do Estado do Paraná, congregando 21 municípios que juntos totalizam mais de 350.000 habitantes. O desenvolvimento econômico do município tem atraído crescente número de jovens que buscam oportunidades de trabalho, de estudo e desenvolvimento cultural.

Em face ao projeto de expansão da rede pública federal de ensino, em 2006, a Prefeitura Municipal de Toledo, em conjunto com a Fundação Educacional de Toledo (FUNET) e com o apoio de parlamentares da região protocolou junto ao Governo Federal a solicitação de implantação do Campus Toledo. No mesmo ano realizou-se o exame de seleção para o curso Técnico Integrado em Gastronomia.

Em 8 de janeiro de 2007 o campus Toledo deu início às suas atividades, sendo oficialmente inaugurado no dia 5 de fevereiro de 2007. Em 12 de fevereiro de 2007 iniciaram-se as aulas do curso Técnico Integrado em Gastronomia. Em agosto do mesmo ano, iniciaram-se as aulas do curso superior de Tecnologia em Processos Químicos no período noturno.

Em 2009 o curso Técnico Integrado em Gastronomia deu lugar ao Curso Técnico Integrado em Informática, o mesmo ano em que o curso superior de Engenharia Industrial Elétrica com ênfase em Automação iniciou suas atividades.

Em 2010 foi vez dos cursos de Engenharia Civil e Licenciatura em Matemática iniciarem suas atividades. Entretanto, nesse mesmo ano, em função das políticas internas da UTFPR, o curso Técnico Integrado em Informática teve sua última entrada de discentes.

Em 2013 o curso Técnico Integrado em Informática formou sua última turma e cedeu lugar para o curso superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, o qual iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2014. Ainda em 2014 o câmpus Toledo foi contemplado com a autorização para implantação de dois novos cursos de graduação. Assim, os cursos de Engenharia da Computação e Engenharia Bioprocessos e Biotecnologia iniciaram as suas atividades no primeiro semestre de 2015. Nesse mesmo ano foi aberto também o curso de pós-graduação em nível de mestrado acadêmico em Processos Químicos e Biotecnológicos. No ano de 2017, o campus Toledo obteve aprovação para abertura do curso de pós-graduação em nível de mestrado profissional em Matemática com ingresso de alunos previsto para início de 2018. Em 2019, também foi aprovado o Programa de Pós-

Graduação em Tecnologias em Biociências (PPGBio) em nível de mestrado profissional.

1.3 HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO E/OU DO CURSO

O curso de graduação em Engenharia Eletrônica no campus Toledo teve o seu funcionamento aprovado pela Resolução Nº 76/08 – COEPP de 15/08/2008. Iniciou suas atividades em 2009, localizado na Fundação Educacional de Toledo – FUNET, ainda com a denominação de curso de Engenharia Industrial Elétrica com Ênfase em Automação, buscando atender às necessidades da região de qualificação de profissionais atuantes no setor eletroeletrônico e de automação.

Em julho 2009 o Ministério da Educação (MEC) publicou um novo catálogo de cursos, em que todas as Engenharias relacionadas a Elétrica deveriam se enquadrar em uma destas cinco categorias: elétrica, eletrônica, controle e automação, telecomunicações e computação. Em função deste catálogo, o colegiado do curso da época decidiu optar por Engenharia Eletrônica. Então, a partir do primeiro semestre de 2010, com mudanças efetuadas na matriz curricular para se enquadrar ao novo catálogo, o curso passou a ser ofertado à comunidade como Engenharia Eletrônica.

No período de 2010 à 2011 ocorreu a construção e entrega dos Blocos A e C do campus Toledo e o curso foi transferido da FUNET para o campus. As salas de aula e laboratórios do curso foram instalados no Bloco A.

Em meados de 2012, o curso foi submetido ao processo de reconhecimento pelo MEC, obtendo conceito 4.

No ano de 2013, o quadro de professores em regime de dedicação exclusiva totalizava 12 profissionais e ocorreu a formatura da primeira turma do curso de graduação em Engenharia Eletrônica.

1.3.1 PRIMEIRA ATUALIZAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR

Com cinco anos e meio de funcionamento, os professores do curso observaram que alguns ajustes na matriz curricular poderia melhorar o desempenho dos discentes. Além disso, a alteração também foi motivada pela sinalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR) que iria atualizar os critérios para concessão do artigo 8º da Resolução CONFEA 218/1973 (atribuição na modalidade de eletrotécnica) para os engenheiros recém formados. Até então, os alunos estavam recebendo essa atribuição, mas com as mudanças propostas pelo CREA-PR os novos alunos formados poderiam não obter o artigo 8º. Como a região Oeste do Paraná tem uma demanda considerável por Engenheiros Eletricistas, decidiu-se assegurar a aos discentes a garantia da atribuição na modalidade de eletrotécnica. Sendo assim, em 2015, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso iniciou discussões para alteração da matriz curricular. Ao final, foi redigido um documento com as modificações propostas que foi aprovado pelo Colegiado do

curso e pelo Conselho de Graduações e Educação Profissional da UTFPR (COGEP) por meio da Resolução nº 067/15. De forma resumida as modificações aprovadas foram as seguintes:

- Deslocamento da disciplina de Física 3 do 2º período para o 3º e alteração do pré-requisito;
- Deslocamento da disciplina de Física 4 do 3º período para o 5º;
- Deslocamento da disciplina de Probabilidade e Estatística do 5º período para o 2º e alteração do pré-requisito;
- Substituição da disciplina de Fundamentos de Programação 2 (60 h) por Fundamentos de Programação Orientada à Objetos (60 h);
- Substituição da disciplina obrigatória de Instalações Industriais (90 h) pela optativa de Instalações Elétricas Industriais (60 h);
- Redução da carga horária das optativas de 300 horas para 180 horas;
- Substituição da disciplina de Fundamentos de Engenharia de Segurança do Trabalho (45 h) para a disciplina de Introdução à Engenharia de Segurança do Trabalho (30 h);
- Substituição da disciplina de Princípios de Comunicação (75 h) para a disciplina de Fundamentos de Sistemas de Comunicação (60 h);
- Substituição da disciplina de Circuitos Elétricos 3 (60 h) por Medidas e Sensores (45 h);
- Deslocamento da disciplina de Materiais e Equipamentos Elétricos do 3º período para o 5º;
- Mudança da disciplina de Economia do 7º período para o 8º;
- Alteração do pré-requisito da disciplina de Circuitos Elétricos 1 de Física 3 para Cálculo Diferencial e Integral;
- Substituição da disciplina de Instalações Prediais (90 h) por Instalações Elétricas Prediais (60 h);
- Substituir Máquinas Elétricas 1 (60 h) e Máquinas Elétricas 2 (60 h) pela disciplina de Conversão de Energia 1 (60 h);
- Substituir Máquinas Elétricas 3 (60 h) e Acionamentos Eletromagnéticos (60 h) pela disciplina de Máquinas e Acionamentos (60 h);

- Criação da disciplina optativa com o nome de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica (60 h) - alteração visa atender a carga horária mínima para obtenção do artigo 8º da Resolução CONFEA 218/1973 (atribuição na modalidade de eletrotécnica);
- Substituição da disciplina optativa de Sistemas de Potência 1 (75 h) pela optativa de Sistemas de Potência (60 h);
- Alteração do nome da disciplina de Fundamentos de Programação 1 (60 h) para Fundamentos de Programação (60 h);
- Deslocamento da disciplina de Metodologia de Pesquisa do 2º período para o 8º;
- O pré-requisito do Trabalho de Conclusão de Curso 1 foi alterado para: Metodologia de Pesquisa e ter cursado o 7º período.

A nova matriz começou a vigorar em 2016 para todos os alunos.

1.3.2 SEGUNDA ATUALIZAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR

No primeiro semestre de 2018, o NDE do curso propôs a inclusão da disciplina de Eletrônica Analógica 1 como pré-requisito de Medidas e Sensores. Para desenvolver os conteúdos da ementa da disciplina de Medidas e Sensores é necessário um conhecimento básico sobre dispositivos semicondutores (diodos e transistores) – conteúdo abordados em Eletrônica Analógica 1. Sem o pré-requisito proposto seria necessário realizar uma atividade de nivelamento para poder introduzir alguns tópicos da ementa para alunos que ainda não haviam cursado Eletrônica Analógica 1. Por isso, o Colegiado do Curso resolveu aprovar a alteração proposta e enviá-la para apreciação pelo COGEP. Em 04 de junho de 2018 foi publicada a Resolução nº 36/2018 aprovando a alteração, a qual começou a vigorar a partir do segundo semestre de 2018. Maiores detalhes sobre essa alteração podem ser obtidos acessando ao processo SEI [23064.014304/2018-42](#).

1.3.3 TERCEIRA ATUALIZAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR

No segundo semestre de 2018, o NDE do curso propôs mais algumas alterações. Foi identificado que a disciplina de Comunicação Oral e Escrita poderia ser alterada para a disciplina de Comunicação Linguística, adotada pelos outros cursos do campus. Dessa forma haveria uma compatibilização das disciplinas entre cursos, maior flexibilização curricular para o aluno. Adicionalmente, a ementa de Comunicação Linguística está atualizada e dentro da formação pretendida.

A disciplina de Cálculo Diferencial e Integral 3 no curso de Engenharia Eletrônica também tem ementa que não era compatível integralmente com os outros cursos de engenharia do campus. Por isso, resolveu-se adotar a ementa já utilizada nos cursos de

Engenharia da Computação e Engenharia Civil. A única mudança foi na ementa da disciplina. Comparando o texto da ementa antiga com o texto da atual o conteúdo “Funções de variável complexa” foi excluído. O NDE considerou que esta exclusão não acarretaria problemas ao curso ao na formação dos alunos.

O NDE identificou disciplinas que normalmente apresentam altos índices de reprovação. Estas, poderiam ser divididas em duas, separando a parte teórica da prática. Com essa divisão o discente reprovado na parte teórica e aprovado na parte prática deixaria de consumir recursos do laboratório. Ademais, nas disciplinas iniciais a parte laboratorial fica bastante simples para o aluno reprovado, principalmente quando ele deixa para fazer a disciplina depois que já progrediu razoavelmente na matriz do curso. Dessa forma, o NDE propôs substituir a disciplina de Química, do segundo período, pelas disciplinas de “Química Básica Teórica” e “Química Básica Experimental” e substituir a disciplina de “Circuitos Elétricos 1” para “Análise de Circuitos Elétricos 1” e “Laboratório de Circuitos Elétricos 1”.

O NDE também analisou a retirada de pré-requisito de 3 disciplinas: Probabilidade e Estatística, Empreendedorismo e Gestão de Projetos, aprovando a demanda.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

O Engenheiro Eletrônico é um profissional extremamente flexível e imprescindível em muitos segmentos da economia, com atuação nas mais diferentes áreas da indústria, comércio especializado e serviço.

Nestes últimos anos, aconteceram muitas mudanças no cenário mundial; mudanças políticas, sociais e econômicas. Dessa forma, o estado do Paraná modificou sua política de desenvolvimento, saindo da atividade econômica voltada para a agricultura e pecuária, indo ao encontro da industrialização e consequente modernização de sua economia.

As novas tecnologias, com destaque para a eletrônica, estabeleceram uma nova organização e estrutura para a produção, do que decorre a necessidade de refletir e direcionar esforços para a formação de profissionais para o processo produtivo. Este novo cenário requer profissionais que possuam competências para projetar, executar e manter produtos e serviços que dinamizam o referido processo.

Dessa forma, a oferta do Curso de Engenharia Eletrônica, justifica-se pelos fatores elencados a seguir:

1. O fato de a UTFPR consolidar-se cada vez mais como uma agência formadora de recursos humanos na área tecnológica;
2. Adequação do curso de Engenharia Elétrica, Ênfase em Automação, devido a nova recomendação do MEC para as Engenharias (MEC, 2009), às necessidades regionais;

3. A oferta de um curso de engenharia visa contribuir com uma preocupação crescente: a carência de profissionais da área de engenharia eletrônica no Brasil;
4. A região Oeste do Paraná possui potencial industrial comprovado, contando com parques industriais estruturados e indústrias nas áreas: alimentos, medicamentos, têxteis e metal mecânica. Além do potencial industrial, a região tem elevada produção agrícola, sendo seus expoentes a suinocultura, avicultura, produção de grãos e leiteira, o que possibilita que inúmeros dispositivos para automação e recursos informatizados possam ser projetados e disponibilizados visando a gestão mais eficiente destas produções.

2 VALORES E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

Conforme definido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o quadriênio 2018-2022 (11), a UTFPR apresenta como valores e princípios institucionais a sua missão, a sua visão e seus valores fundamentais descritos a seguir:

Missão: Desenvolver a educação tecnológica de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética, sustentável, produtiva e inovadora com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade;

Visão: Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica;

Valores fundamentais:

1. Ética: gerar e manter a credibilidade junto à sociedade;
2. Desenvolvimento Humano: formar o cidadão integrado no contexto social;
3. Integração Social: realizar ações interativas com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico;
4. Inovação: efetuar a mudança por meio da postura empreendedor;
5. Qualidade e Excelência: promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade;
6. Sustentabilidade: assegurar que todas as ações se observem sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

2.1 VALORES/PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GRADUAÇÃO

A partir da sua missão e visão, a UTFPR estabeleceu a ética, o desenvolvimento humano, a integração social, a inovação, a qualidade e excelência e a sustentabilidade, como os valores fundamentais para a constituição dos princípios e da identidade das graduações.

Os cursos de graduação da UTFPR oferecem formação de recursos humanos para os diversos setores da sociedade, notadamente, os setores da economia envolvidos com práticas tecnológicas e os setores educacionais, a partir da vivência dos estudantes com os problemas reais da sociedade, em especial, àqueles relacionados ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, às competências de padrão internacional, ao desenvolvimento e aplicação da tecnologia, e à busca de alternativas inovadoras para a resolução de problemas técnicos e sociais ([Resolução COGEP 90/2018, art. 1º](#)) .

Para a UTFPR, a formação de seus egressos passa pela sua capacidade de oferecer currículos flexíveis, de articular-se com a sociedade, de estimular a mobilidade acadêmica, de formar para sustentabilidade e interculturalidade, de provocar-se para a inovação curricular e metodológica e de uma forte busca pela internacionalização (PDI 2018-2022, item 3.4). A inserção efetiva desses princípios orientadores na dinâmica interna dos cursos de graduação, de torná-los efetivos em sala de aula, nos estudos, na produção científica, no planejamento, na formação continuada, ou seja, em todos os espaços em que atua, é responsabilidade de todos seus atores, e como isso se dará se consolida ao longo desse Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Fica evidente nas seções 3 a 3.4 do PDI, como as políticas de ensino serão operacionalizadas a partir da articulação dos valores e princípios institucionais com a formação em inovação, qualidade e excelência; para ética e sustentabilidade; em desenvolvimento humano e em integração social.

2.1.1 VALORES UTFPR: INOVAÇÃO E QUALIDADE E EXCELÊNCIA

A formação em inovação, qualidade e excelência reportam à busca por mudanças envolvendo postura empreendedora e pela melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade, conforme PDI 2018-2022.

Nesse sentido, as atividades de formação envolvem permanentemente a inovação: a curricular e metodológica, no processo didático-pedagógico; no entendimento da tecnologia enquanto conjunto de conhecimentos que conduzem à inovação e contribuem para o desenvolvimento científico, econômico e social; promovendo discussões acerca do papel de cada um na construção de uma forte política de inovação na universidade.

Com intensa interação junto à inovação, a área de empreendedorismo é amplamente difundida e desenvolvida na graduação por meio de mecanismos de suporte para despertar nos estudantes, egressos e servidores da UTFPR o interesse pela área. Os mecanismos institucionais de apoio compreendem a implantação em cada um dos campi da universidade: hotel tecnológico, que viabiliza a pré-incubação para desenvolvimento de projetos e ideias com ênfase em tecnologia e inovação; incubadora de inovações tecnológicas, que viabiliza a incubação de empresas de base tecnológica da comunidade interna ou externa; Empresas Júniores, constituídas por acadêmicos das áreas de formação da UTFPR; e o Programa de Empreendedorismo e Inovação (PROEM). De forma mais ampla, através do PROEM, professores, pesquisadores, estudantes e ex-alunos empreendedores da Instituição são motivados a desenvolver suas boas ideias a partir da estrutura e do ambiente privilegiados o surgimento de negócios e empresas no âmbito da própria Universidade. Isto permite ao discente adquirir uma visão mercadológica e da sociedade suficiente para a tomada de atitudes empreendedoras, a capacidade de identificar e gerenciar riscos, capacidade de tomadas de decisão, capacidade de negociar, entre outras habilidades que complementam a formação do Engenheiro Empreendedor.

Quanto às inovações curriculares, o curso acompanha as transformações do mundo moderno fomentando novas formas de organização do seu currículo, com abertura ao permanente processo de reexame visando a flexibilização, a compatibilização de conteúdo, a inovação, a sustentabilidade, a interdisciplinaridade e o empreendedorismo. As inovações curriculares propostas possibilitam o ensino presencial, semipresencial e não presencial aos cursos de graduação (**Resolução COGEP no 102/2017**), incluem o conceito de complemento da carga horária (CCH) que compreendem atividades desenvolvidas fora da sala de aula (**Resolução COGEP no 053/2013**), permitem projetos interdisciplinares que tendem proporcionar a visão do todo e a motivação dos discentes em função de aplicações mais significativas dos conhecimentos adquiridos, permitem avanços tecnológicos pelo emprego de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e, por fim, pela criação de diretrizes específicas para cada tipo de curso de graduação permitem a consolidação da identidade e da organicidade no contexto de uma universidade multi campi.

No âmbito do curso há disciplinas vinculadas à inovação, qualidade e excelência integrando a matriz curricular, destacando-se as disciplinas de **Economia, Gestão de Projetos e Empreendedorismo**. No transcorrer do curso os acadêmicos podem manter contato com a área de inovação por meio de projetos desenvolvidos na disciplina optativa *Engineering Design Process* em conjunto com empresas com a Metodologia de Ensino Inovador da UTFPR (MEI-U), fundamentando o desenvolvimento inovador do discente. O curso preza pelo reconhecimento das melhores práticas universitárias, pautadas em aliar teoria em prática na formação do Engenheiro. O curso possibilita o desenvolvimento de habilidade na área eletrotécnica ao criar uma trilha de disciplinas específicas para este fim atendendo a uma demanda de mão de obra local e regional. Dispondo de disciplinas com uma carga horária adequada destinada a práticas e ao desenvolvimento de projetos tendo a disposição laboratórios de ensino modernos e instrumentos. A sinergia com o mercado de trabalho está presente com ações de extensão, estágio em empresas que contribuem para a atualização tecnológica consolidando no âmbito regional como um curso público de excelência.

2.1.2 VALORES UTFPR: ÉTICA E A SUSTENTABILIDADE

A formação para a ética está vinculada à formação integral do cidadão, desenvolve o sujeito comprometido seja no seu comportamento, na interação com o outro, ou na geração e manutenção da credibilidade junto à sociedade conforme PPI de 2018 (12). A UTFPR é orientada pela ética e pela qualidade de vida de seus servidores e estudantes, prevalecendo um ambiente que visa: ao fortalecimento das relações com todos os envolvidos no desenvolvimento das atividades; à consolidação da imagem institucional e suas ações; e à melhoria contínua nos resultados institucionais.

O fortalecimento do trabalho cooperativo entre as diversas instâncias institucionais, em torno de objetivos comuns, é um direcionamento historicamente construído. O resultado

do trabalho em rede permite compartilhar objetivos e procedimentos para a construção de vínculos de interdependência e de complementaridade, possibilitando que as ações realizadas e os resultados obtidos possam ir além dos limites de cada campus, alcançando e fortalecendo a Instituição em prol de suas comunidades.

Cada vez mais o engenheiro deve possuir consciência dos códigos de prática e ética que regem a sua profissão. Sendo assim, os projetos e soluções apresentadas pelos alunos do curso devem considerar esses dois aspectos como elementos norteadores das suas decisões. Especificamente, a Ética Profissional exige que se pense o ensino da Engenharia dentro de um quadro social, ultrapassando os métodos tradicionais de ensino, contextualizando o trabalho nos reflexos que a ciência e a tecnologia causam na sociedade e, mais diretamente, no papel dos que são diretamente responsáveis por introduzi-los no cotidiano de nossas vidas. Destaca-se a importância de desenvolver nos futuros egressos, herdeiros dessa capacidade de criar a tecnologia que muda o mundo, a possibilidade de viver com um sentido maior de responsabilidade, como nos aponta 13: “nessa urgência de uma visão de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à emergente comunidade mundial”.

Associada à ética, a sustentabilidade é assegurada nas ações envolvendo as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Como importante princípio, o entendimento de sustentabilidade envolve a manutenção do capital natural em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução, coadunado ao conceito ampliado e integrador de **Leonardo Boff (2012)**, para quem o termo sustentabilidade diz respeito a toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, e tais condições devem servir de critério para avaliar o quanto temos progredido ou não rumo à sustentabilidade e devem igualmente servir de inspiração para realizar a sustentabilidade nos vários campos da atividade humana.

Comprometimento com as questões sociais e ambientais é esperado que o engenheiro seja capaz de avaliar os impactos sociais e ambientais provocados pelo desenvolvimento tecnológico e identificar oportunidades de atuação para o benefício da sociedade e do meio ambiente. O termo Engenharia da Sustentabilidade enfatiza a engenharia como profissão condutora da inovação tecnológica e capaz de conduzir transformações para uma sociedade sustentável. O Engenheiro deve ser capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades. No caso da formação do Engenheiro Sustentável, pode-se inferir que esse engenheiro necessita possuir conhecimentos científicos, técnicos, de gestão, éticos, legais, culturais e que saiba produzir soluções que integrem esses conhecimentos e que beneficiem o “bem comum”.

Por ser um conhecimento transversal a qualquer curso de engenharia, os professores necessitam buscar integrar questões de sustentabilidade em suas disciplinas por meio de estudos de casos e exercícios que estimulem a reflexão do aluno. As questões ambientais

necessitam estar inseridas no contexto local. Apesar do tema da sustentabilidade estar inserido na disciplina Introdução à Engenharia Elétrica e também constar da disciplina de Ciências do Ambiente. Durante a execução do curso, os professores serão instigados a propiciar aos alunos uma visão do Brasil e do mundo bem como os seus problemas e como o profissional de engenharia pode utilizar a sua criatividade e competência técnica para solucionar ou minimizar esses problemas.

2.1.3 VALORES UTFPR: DESENVOLVIMENTO HUMANO

A formação em desenvolvimento humano, segundo o PDI 2018-2022 (11) e o PPI 2018 (12), envolve a formação do cidadão integrado ao contexto social a partir de melhorias no processo de ensino e aprendizagem, de ações culturais, artísticas, esportivas e de todas as demais que contribuem para a permanência do estudante, para a sua qualidade de vida, o seu bem-estar individual e social e sua formação humana. Neste sentido, a instituição prove programas: de acesso e permanência dos alunos por meio do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil de Toledo (NUAPE-TD); de promoção da igualdade de oportunidades por meio de editais de ampla concorrência; da ampliação do atendimento presencial e a distância, online e offline por meio de TIC, mantendo a qualidade formal ou técnica; da integração entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e o contexto social pela participação em programas e projetos de ensino, de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de extensão; e o desenvolvimento da consciência crítica da realidade com a participação em atividades extracurriculares apoiados pela instituição. Desse modo, não se deve considerar a formação humana e integral apenas como requisito para formar um bom trabalhador, um bom profissional ou um bom empreendedor. A formação integral do cidadão almejada pela UTFPR, envolve o desenvolvimento de um sujeito: autônomo, numa concepção ampliada de cidadania; preocupado com a preservação do ambiente, dos recursos naturais e das formas de vida do planeta; comprometido com ética e com qualidade de vida. Com um mercado competitivo, o engenheiro deve ser capaz de lidar com o estresse, rejeição ou falhas, suportar pressão e resolver conflitos. O engenheiro deve ser capaz também de planejar uma carreira de tal forma a atender aos seus anseios, sonhos profissionais e objetivos pessoais. Espera-se assim, que esse engenheiro encontre satisfação e realização profissional.

Sobre o desenvolvimento humano em uma região, as teorias de desenvolvimento econômico convencionais colocam como um dos fatores responsáveis pela falta de dinamismo de uma região, a inexistência de recursos humanos devidamente treinados e preparados, com capacidade de geração de novas tecnologias (HIRSCHMAN, 1985). Não obstante, segundo Ferrera de Lima (2016), uma região possui aspectos dinâmicos e estratégicos de desenvolvimento, estabelecidos por meio da sucessão de mecanismos que induz e mobiliza o crescimento econômico regional. Além dos aspectos físicos e geográficos, as condições locais para gerar conhecimento, inovação ou fortalecer a atração de investimentos deve

ser levada em consideração. O município de Toledo é considerado um polo econômico do oeste paranaense onde verifica-se uma evolução econômica e social bastante significativa no decorrer das décadas a partir do início do século XXI. Considerados os aspectos da evolução econômica, o processo de colonização iniciou-se em 1952 tendo foco na extração madeireira e a policultura para auto consumo que evoluiu a partir da década de 70 para um novo modo de produção e de organização pelas cooperativas agropecuárias e a agroindustrialização. Em 2020, a produção agropecuária de insumos, a indústria de alimentos e a farmacêutica dinamizam a economia local, em que os produtos e serviços são exportados para outras regiões e/ou países.

Sob essa perspectiva, o Curso de Engenharia Eletrônica da UTFPR Toledo busca atender às demandas locais ao oferecer conhecimento para ser aplicado no setor produtivo e social. Além disso, atrai e absorve múltiplas habilidades ao integrar estudantes de diversas localidades, promovendo expertises, geradas no processo de ensino, pesquisa e extensão. Esse processo ainda permite maior qualificação profissional e induz à inovação, atração de investimentos localmente e na região, que, por sua vez, gera melhor qualidade de vida e produção de riquezas.

2.1.4 VALORES UTFPR: INTEGRAÇÃO SOCIAL

A formação em integração social diz respeito a realização de ações interativas com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico. De acordo com o PDI 2018 - 2022 (11), os cursos da UTFPR, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, deverão dar ênfase à ampla formação, que proporcione atitudes interativas e que valorize a atualização constante, promovendo estratégias e métodos de intervenção, cooperação, análise e reflexão, construindo um processo colaborativo e investigativo no âmbito da educação tecnológica, na vivência com os problemas reais da sociedade, voltados para o desenvolvimento sustentável, para a aplicação da tecnologia e para a busca de alternativas inovadoras para resolução de problemas.

Desde a sua criação, o curso tem participado sistematicamente de atividades da região, através de diversas pesquisas e trabalhos direcionados ao setor industrial e ao desenvolvimento tecnológico, ocupando posição de destaque e liderança na formação de recursos humanos. É esperado que o engenheiro seja capaz de avaliar os impactos sociais provocados pelo desenvolvimento tecnológico e identificar oportunidades de atuação para o benefício da sociedade. Não se limitam somente às disciplinas como meios para formação, conta-se também com projetos de extensão desenvolvidos no decorrer do curso que podem apresentar diversificados temas englobando como exemplo a sustentabilidade. Além disso, o desenvolvimento de um projeto independente da área necessita que se coloque em prática a ética, que deve estar presente nas ações permitindo o contato dos estudantes com a mesma.

3 POLÍTICAS DE ENSINO

Na estruturação de seu PDI 2018-2022 (11) a UTFPR estabeleceu como princípios norteadores para as políticas de seus cursos de graduação a flexibilidade curricular, a articulação com a sociedade, a mobilidade acadêmica, a sustentabilidade, a interculturalidade, a inovação curricular e metodológica e a internacionalização.

Somado a isso as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação da UTFPR (7) dão centralidade à sustentabilidade, ao empreendedorismo, à superação do currículo segmentado, ampliando assim a flexibilidade curricular e a proposição de cursos de caráter inovador.

Portanto, a elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso está pautada na reformulação do Bacharelado em Engenharia Eletrônica da UTFPR, Câmpus Toledo, com base nos documentos institucionais vigentes, PDI (11) e PPI (12), bem como em consonância com vertentes contemporâneas de educação em Engenharia no Brasil e no mundo.

A reformulação parte das habilidades e atitudes a serem desenvolvidas pelos discentes segundo a construção de competências do curso de Engenharia, compatíveis com os valores e princípios institucionais, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Engenharia – CNE/CES e com os documentos normativos do conselho de classe – CONFEA/CREA.

Para que o perfil profissional do egresso pretendido pelo Curso de Engenharia Eletrônica seja obtido, a instituição, em conjunto com o curso, proporá práticas pedagógicas para a condução do currículo, visando estabelecer as dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade. As políticas institucionais promovidas pela UTFPR, e adotadas, de forma direta, no Curso de Engenharia Eletrônica são descritas a seguir.

3.1 ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA E INTERDISCIPLINARIDADE

Ao longo de toda sua história, a UTFPR sempre teve o compromisso de romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões estas indissociáveis para a educação integral do indivíduo, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem uma teoria em que se referencie e lhe dê sustentação. Tal princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais (UNIVERSIDADE, 2013a).

A educação em todos os seus níveis e modalidades deve ser encarada como referencial permanente de formação geral, que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento

do ser humano pautado por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. Assim, dentro da carga horária de cada disciplina do curso são desenvolvidos os pressupostos teóricos necessários juntamente com as práticas experimentais/laboratoriais/de campo pertinentes ao conteúdo desenvolvido, utilizando-se dos espaços necessários disponíveis na estrutura do campus.

De acordo com a filosofia de concepção de curso, com base nos regimentos internos da UTFPR e nas Resoluções do CONFEA/CREA, a prática acompanhará a teoria com carga horária definida para conteúdos profissionalizantes específicos. Adicionalmente, uma determinada carga horária prática também é contemplada nos núcleos de conteúdos básicos e profissionalizantes, buscando, sempre que possível, a mesma carga horária.

Em sendo assim, cada disciplina definida no curso, apresenta cargas horárias semanais definidas entre Aulas Teóricas – AT e Aulas Práticas – AP, desta forma compondo a carga horária total da disciplina. A integração entre teoria e prática fica a cargo do professor que ministrará a unidade curricular a partir de atividades de campo e/ou laboratoriais, simulações, estudos de caso, projetos, dentre outras, conforme sua escolha. Estas atividades serão sistematizadas de acordo com os seguintes pontos balizadores:

- Apresentar problemas em situações reais e/ou simuladas visando a aproximação do discente com contextos reais da engenharia;
- Motivar o aluno por meio da aplicação prática de conteúdos trabalhados;
- Integrar teoria e prática para melhor compreensão e assimilação dos temas de estudo, destacando o caráter indissociável;
- Ser instrumento de avaliação do aluno.

Além disso, o curso conta com um instrumento de Atividade Prática chamada de Disciplina Integradora que possui caráter interdisciplinar, uma vez que articula fundamentos técnicos da engenharia eletrônica aliados a gestão de projetos e ao desenvolvimento de habilidades pessoais e interpessoais. Neste processo, todas as competências trabalhadas durante o curso são integradas em períodos específicos.

A partir do 7º período, o aluno pode realizar estágio curricular obrigatório, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (8). Neste contexto, o estudante é capaz de colocar em prática todo o ensinamento recebido durante seus anos de estudo no curso, sendo acompanhado por um professor orientador e um supervisor responsável pelo estágio na empresa que o oferece.

Cabe salientar que, o Estágio Curricular Supervisionado deve fornecer condições suficientes para que o aluno possa, de acordo com o PDI, inserir-se com maior facilidade no mercado de trabalho. O PDI destaca: “o estágio curricular é obrigatório para todos

os cursos de nível técnico e de graduação, visa à complementação do processo ensino-aprendizagem e tem como objetivos: (i) facilitar a futura inserção do estudante no mundo de trabalho; e (ii) facilitar a adaptação social e psicológica do estudante à futura atividade profissional” (11).

Adicionalmente, considera-se que o estágio merece destaque por se constituir como espaço privilegiado de aprendizagem, que permite ao estudante integrar-se ao mundo do trabalho, deparando-se com situações, relacionamentos, técnicas e posturas do ambiente profissional que enriquecem e complementam sua formação acadêmico-profissional e empreendedora.

3.2 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Os cursos de graduação da UTFPR, de acordo com o item 3.3.2 Desenvolvimento de competências profissionais do PDI, propõem o desenvolvimento de competências profissionais, entendidas como:

[...] por sua natureza e suas características, a educação profissional e tecnológica deve contemplar o desenvolvimento de competências gerais e específicas, incluindo fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional e à atuação cidadã (11).

Primeiramente é pertinente estabelecer que o conceito de competência assumido se refere “a possibilidade, para um indivíduo, de mobilizar de maneira interiorizada um conjunto integrado de recursos em vista de resolver uma família de situações-problema” (14). As competências, sejam gerais ou específicas, são desenvolvidas por meio de processos educativos estabelecidos na organização do ensino no curso, envolvendo:

- utilização de métodos diferenciados de ensino e novas formas de organização do trabalho acadêmico, que propiciem o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas que integram a vivência e a prática profissional;
- incorporação dos saberes dos estudantes às práticas de ensino, como forma de reconhecimento de possibilidades de soluções de problemas, assim como de percursos de aprendizagem;
- estímulo à criatividade, à autonomia intelectual e ao empreendedorismo;
- valorização das inúmeras relações entre conteúdo e contexto, que se podem estabelecer;
- integração de estudos de diferentes campos, como forma de romper com a segmentação e o fracionamento, entendendo que os conhecimentos se inter-relacionam, contrastam-se, complementam-se, ampliam-se e influenciam uns nos outros (11).

As competências profissionais são desenvolvidas pelos discentes em todas as disciplinas do curso, iniciando em nível cognitivo baixo até, ao final, alcançarem o nível cognitivo mais alto. Assim, as competências são desenvolvidas gradativamente em várias unidades curriculares e em momentos distintos no decorrer do curso.

3.3 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A flexibilidade curricular considera uma construção de curso baseada na diminuição de pré-requisitos, na oferta de diversos caminhos formativos, de disciplinas optativas e disciplinas eletivas, assim como a facilitação da mobilidade acadêmica.

A flexibilização curricular, assegurada pelo PNE 2014-2024, [Lei n° 13.005/2014](#) (15), é fundamental para atender a demanda social por profissionais que compreendam as novas relações de produção, de trabalho e suas exigências, a demanda pelo conhecimento articulado a produção do saber e de novas tecnologias, a demanda por formação crítica e de profissionais competentes (11).

Baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a flexibilização curricular possibilita, por percursos formativos diferenciados, a formação de profissionais competentes, com domínio de habilidades técnicas e cognitivas, com apropriação científica sólida. Os percursos formativos diferenciados rompem com o enfoque unicamente unidade curricular e sequenciado e permitem aos alunos novas formas de apreensão e integração de conhecimentos. Nessa perspectiva, o estudante pode ampliar os horizontes do conhecimento, é capaz de uma visão crítica que lhe permite extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional.

A flexibilização curricular deve possibilitar ao estudante percursos formativos diferenciados para construção das mesmas competências, permitindo inclusive a participação do estudante nas escolhas desses percursos formativos, de ambientes diferenciados de ensino, proporcionando aos discentes visão crítica que lhe permite extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional, estimulando a aprendizagem permanente, a formação de competências e o domínio de habilidades técnicas e cognitivas desejadas.

Fica evidente, através do PPI (12) e PDI (11), que a UTFPR tem o compromisso de garantir estruturas curriculares mais inovadoras e flexíveis, permitindo que o aluno tenha participação no ritmo e na direção do seu curso, utilizando-se da melhor forma os mecanismos que a Universidade oferece em termos de atividades acadêmicas na composição de seu currículo.

Este compromisso institucional atende não somente a [Lei n° 10.172/2001](#) (16) e os Pareceres CNE-CES n° 776/97 (17) e n° 583/01 (18), mas também tem vistas à internacionalização, com medidas que venham a contribuir na flexibilidade dos currículos. A forma como os pré-requisitos são considerados institucionalmente (UNIVERSIDADE, 2010a), e a possibilidade de convalidação de disciplinas em bloco ou por saberes e competências são

as principais ações que permitem aos cursos considerar, para integralização do currículo do discente, alternativas pessoais e percursos acadêmicos diferenciados.

A proposta é que se permita que várias atividades acadêmicas, que hoje já são desenvolvidas pelo estudante durante sua permanência na universidade, sejam contabilizados no seu histórico escolar. Neste cenário, o curso apresenta duas modalidades de flexibilização curricular: **vertical** e **horizontal**.

A flexibilização vertical é realizada pela organização das disciplinas ao longo de semestres compreendendo o núcleo de formação específica. Ademais, as disciplinas são preferencialmente alocadas em turnos (manhã e tarde) alternados entre cada semestre. Dessa forma o aluno tem a oportunidade de adiantar uma disciplina do próximo semestre e assim concluir o curso em menos de cinco anos, ou então, um aluno que não obteve a aprovação em uma disciplina, pode cursá-la sem necessidade de deixar de cursar as disciplinas do semestre em que se encontra.

O núcleo específico é composto das disciplinas do núcleo comum, cursadas por todos os alunos e das disciplinas optativas das áreas de aprofundamento escolhida pelo aluno, previstas na **matriz curricular**. Para as disciplinas optativas das áreas de aprofundamento e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi definido um pré-requisito baseado no período, paralelamente aos pré-requisitos baseados em disciplinas. Ou seja, o aluno estará apto a cursar qualquer uma das disciplinas optativas ou TCC desde que esteja matriculado pelo menos no **7º período do curso**, ou que possua as disciplinas pré-requisitos estabelecidas. Esses pré-requisitos foram estabelecidos porque são imprescindíveis ao bom rendimento escolar.

O núcleo não-específico é composto das disciplinas que não constam da matriz curricular do curso escolhido pelo aluno, mas que constituem seus interesses para complementar sua formação em outras áreas de interface, constituindo, assim, um percurso **interdisciplinar**. **Esse núcleo é baseado em uma opção livre, em que o aluno pode cursar um determinado número de disciplinas fora da sua habilitação, sem aprovação prévia dos colegiados e de uma formação complementar realizada em outros cursos, com autorização dos colegiados ou de um número determinado de disciplinas da própria UTFPR que não constam do currículo do aluno ou que são excedentes nos grupos de sua habilitação.** Essa escolha fica a critério do aluno.

A flexibilização horizontal curricular de núcleo não-específico é realizada na UTFPR por meio da modalidade de enriquecimento curricular prevista no Artigo 28 do Regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da UTFPR (19). Esse artigo permite que o aluno possa cursar uma disciplina que não pertence ao seu curso. Nesse caso, o aluno fica dispensado da exigência de cumprimento dos pré-requisitos. O discente também tem a liberdade de cursar a disciplina de enriquecimento curricular no seu campus de origem ou em qualquer um dos campi da UTFPR, ou mesmo, em instituições com as quais exista acordo de mobilidade e/ou de dupla diplomação.

A flexibilização horizontal é implementada por meio da **disciplina Atividades Complementares**, para que o aluno obtenha conhecimentos adicionais ao curso. Através de atividades ligadas à projetos de extensão, projetos de iniciação científicas, monitoria de disciplinas, línguas estrangeiras, informática, esportes, artes, e de acordo com o seu perfil pessoal, o estudante poderá complementar a sua formação, além de exercitar as atitudes esperadas incentivando-o a interagir com a sociedade em projetos sociais e acadêmicos.

3.4 MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

A mobilidade acadêmica na instituição está prevista em dois planos: o interno (inter campi) e o externo (interuniversitário nacional e internacional).

O plano externo ocorre por meio de convênios mantidos pela UTFPR com Instituições Nacionais e Internacionais, incluído a dupla diplomação, conforme disposto nos Artigos 7º, 9º, 10º, 11º, 16º, 24º, 27º e 28º, do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de Graduação da UTFPR (19).

O Programa de Mobilidade estudantil foi estruturado no campus Toledo com o propósito de aprimorar as atividades de ensino e pesquisa, propiciando a estudantes, docentes e funcionários da UTFPR a vivência de outras culturas e diferentes formas de aprendizagem.

Neste contexto, o Programa de Mobilidade Estudantil (PME) da UTFPR tem como objetivo propiciar a mobilidade acadêmica de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação. Todos os programas de mobilidade são de responsabilidade da DIRINTER – Diretoria de Relações Interinstitucionais.

Por mobilidade acadêmica entende-se o processo que possibilita o afastamento temporário ao estudante matriculado em uma Instituição de Ensino Superior (IES) para estudar em outra, prevendo que a conclusão do curso se dê na instituição de origem. Ademais, o PME da UTFPR é regido por regulamento próprio e abrange a Mobilidade Estudantil Nacional (MEN) e a Internacional (MEI).

3.4.1 MOBILIDADE ESTUDANTIL NACIONAL

A MEN alcança somente estudantes da UTFPR regularmente matriculados em cursos de graduação e os de Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras e/ou de Instituições de Ensino Superior do estado do Paraná. Os critérios de elegibilidade dependem do que for estabelecido em edital, mas, em geral, a exigência é que os alunos já tenham cursado e concluído, no mínimo, vinte por cento da carga horária de integralização do curso de origem, bem como tenham, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade.

O MEN tem por objetivo promover o intercâmbio entre estudantes da UTFPR e de Universidades Federais e das Estaduais Paranaenses conveniadas, proporcionando-lhes a

possibilidade de ampliar seus conhecimentos através da vivência em outras Instituições de Ensino Superior.

Ressalta-se que a Mobilidade Acadêmica não é transferência de Instituição nem de curso.

3.4.2 MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL

O programa de cooperação internacional teve início em 1958 com os Estados Unidos, para a implementação do Centro de Formação de Professores da **CBAI**. Mais tarde, em 1989, a UTFPR firmou convênio com a Fachhochschule de Munique, na Alemanha.

Nos últimos anos várias instituições alemãs têm mantido intercâmbio de estudantes, possibilitando que alemães estudem e estagiem no Brasil, do mesmo modo que estudantes brasileiros na Alemanha. Houve um crescimento também da preferência pelas universidades de tecnologia francesas. Hoje, além de Alemanha e França, a UTFPR busca ampliar a cooperação acadêmica com outros países tanto no continente europeu quanto americano e africano.

O curso de Engenharia Eletrônica da UTFPR campus Toledo firmou convênio de Dupla Diplomação com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) de Portugal em 2016 e já teve **6 (seis) alunos** enviados por esse convênio. **Recentemente, no final de 2017, o curso também firmou convênio com a Université de Technologie de Compiègne (UTC) da França.**

3.5 ARTICULAÇÃO COM A PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

A UTFPR entende a Pesquisa, a Iniciação Científica, a Inovação Tecnológica, Artística e Cultural como um conjunto de ações que visam a descoberta de novos conhecimentos, consistindo-se em um dos pilares da atividade acadêmica. Pesquisar implica distanciar-se da reprodução acrítica de práticas tradicionais, requer por em jogo processos reflexivos nos quais a interação social e as atividades metacognitivas se fortalecem. Uma visão da investigação como esta é, portanto, um instrumento potente para orientar e favorecer o avanço da ciência e o desenvolvimento profissional (20).

O ensino e a pesquisa de forma indissociável colaboram para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Desenvolver projetos de pesquisas que acolham estudantes em diferentes estágios formativos, apoiados nos grupos de estudos e no uso comum da infraestrutura disponível colabora para tanto. A articulação do ensino com as iniciativas de pesquisa e pós-graduação deve considerar o compromisso da instituição com as principais questões e desafios da sociedade, como elemento importante para dupla conscientização, a saber: a do pesquisador ao aceitarem também como desafio acadêmico a busca de soluções para problemas reais; e da sociedade de um modo geral, e do mundo do trabalho em particular, que poderá se beneficiar dos conhecimentos disponibilizados

por iniciativas necessariamente submetidas às exigências decorrentes do “rigor acadêmico”. Para que esse compromisso institucional seja mais efetivo, torna-se importante o esforço de exteriorizar, por um lado, o seu potencial de geração de novos conhecimentos e, por outro lado, o seu desejo que eles sejam compartilhados e aplicados como meio da promoção do desenvolvimento sustentável da região.

O curso de Engenharia Eletrônica da UTFPR, campus Toledo, tem como uma de suas prioridades as atividades de pesquisa, tanto em relação ao corpo docente quanto ao discente. Em relação aos docentes, a pesquisa qualifica as aulas, atualiza os referenciais pedagógicos adotados em sintonia com as discussões em âmbito nacional e internacional e oferece à sociedade e à própria UTFPR as contribuições específicas destas reflexões. Em relação aos alunos, a pesquisa fomenta a formação do **tecnólogo-pesquisador**, isto é, aquele comprometido com o aprimoramento de seus conhecimentos, com o desenvolvimento de novas metodologias e a proposição de soluções para os problemas da área. A pesquisa também complementa os estudos realizados pelos alunos e colabora no desenvolvimento de sua autonomia intelectual.

O incentivo à investigação científica e desenvolvimento tecnológico, diagnosticar e solucionar problemas, é um dos objetivos do curso. Em conformidade com o caráter de Universidade, o curso visa através da articulação, tanto interna quanto externa, de conhecimentos socialmente relevantes que contribuam para formar o quadro dos futuros Engenheiros(as) que venham desempenhar um diferencial no mercado de trabalho, contribuindo dessa forma com profissionais que desempenhem trabalhos de qualidade.

As principais ações de interface do curso com o âmbito científico são por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Os PIBIC/PIBITI têm como meta a inicialização dos discentes em pesquisas científicas e tecnológicas nas diferentes áreas de conhecimento. O programa é apoiado pelo CNPq, Fundação Araucária e UTFPR com a concessão de bolsas, sendo que os alunos também podem participar como voluntários do Programa de Voluntariado em Iniciação Científica e Tecnológica (PVICT). Esses programas objetivam despertar a vocação técnico-científica, incentivar novos talentos potenciais entre os estudantes e contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, estimulando pesquisadores produtivos a envolverem alunos de Graduação em atividades técnico-científicas e artístico-culturais. Adicionalmente, o PIBIC/PIBITI/PVICT proporciona aos bolsistas e voluntários, orientados por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa além de estimular o desenvolvimento do “pensar científico” e das criatividades decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os questionamentos inerentes à pesquisa. O crescente aumento de projetos homologados e de alunos com Iniciação Científica (IC) ressalta o comprometimento dos docentes do Curso de Engenharia Eletrônica com uma formação sólida e consistente no âmbito científico. **No período de 2016-2017**, foram homologados, junto à Pró-Reitoria

de Pesquisa e Pós-Graduação, 12 (doze) projetos de pesquisas dos docentes do curso de Engenharia Eletrônica. Adicionalmente, o Curso foi contemplado com 10 (dez) bolsas de PIBIC/PIBITI, fomentadas pelo CNPq, UTFPR e Fundação Araucária. Os alunos do Curso de Engenharia Eletrônica podem realizar atividades de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, visto que há três Grupos de Pesquisa liderados por docentes do curso cadastrados no Diretório do CNPq e certificados pela Instituição, sendo eles: a) Grupo de Eletrônica Aplicada e Sistemas (GEAS); b) Energia Eólicoelétrica; c) Tecnologia de sistemas em geração, controle e eficiência energética; e d) Grupo de processamento eletrônico de fontes alternativas de energia. Os projetos de pesquisa nos quais os estudantes participam apresentam comprovada qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada pelos docentes do Curso. A participação dos alunos nesses grupos de pesquisa fornece uma ampliação na formação dos bolsistas/voluntários despertando, assim, a vocação científica e incentivando na preparação para ingressar em Programas de Pós-Graduação.

3.6 ARTICULAÇÃO COM A EXTENSÃO

A extensão universitária é definida como um processo educativo, cultural e científico que se articula ao ensino e a pesquisa de forma indissociável e institucionalizada, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e sociedade. Ela oferece um canal de interlocução entre a sociedade e a Universidade, trazendo as demandas da população e os desafios para o desenvolvimento do país para o centro da pesquisa e deste para a sociedade.

De acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”. Sendo assim, ensino, pesquisa e extensão devem ser equivalentes e igualmente tratados por parte das Instituições de Ensino Superior, caso contrário, tais entidades estarão se contrapondo à Constituição.

O Curso de Engenharia Eletrônica do campus Toledo tem como pressuposto básico a integração efetiva da extensão universitária ao ensino e à pesquisa, envolvendo os corpos docente e discente, e sempre levando em consideração o compromisso social da Universidade pública brasileira. Além desta indissociabilidade, outros itens das diretrizes básicas definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária são compromissos do Curso de Engenharia Eletrônica do campus Toledo: a busca pela interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a identificação das demandas da comunidade e das empresas de modo a trazê-las para dentro da Universidade, visando alavancar pesquisas; a articulação de ações que resultem em impacto na formação dos discentes; o incentivo à troca de saberes entre Universidade e sociedade, através da aplicação de metodologias participativas, visando à

democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Dentro das atividades do curso, a extensão universitária está inserida em trabalhos de conclusão de curso e nos projetos e programas permanentes de extensão desenvolvidos pelos docentes e demais servidores do curso, sempre visando ao estabelecimento de uma forte relação entre ensino, pesquisa e extensão.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

A oferta de cursos de engenharia na UTFPR visa a contribuir com uma preocupação crescente: a carência de bons profissionais da área de engenharia no Brasil. Existem atualmente cerca de 550 mil engenheiros no país, uma razão de seis para cada mil pessoas economicamente ativas, enquanto países como Estados Unidos e Japão têm 25. Quase 50% dos estudantes de Engenharia no Brasil cursam Engenharia Civil, enquanto em países desenvolvidos há um maior percentual em modalidades ligadas a alta tecnologia. A região Oeste do Paraná possui potencial industrial comprovado, contando com parques industriais estruturados e indústrias nas áreas: alimentos, medicamentos, têxteis, informática e metal mecânica. Além do potencial industrial, a região tem elevada produção agrícola, sendo seus expoentes a suinocultura, avicultura, produção de grãos e leiteira, o que possibilita que inúmeros dispositivos para automação e recursos informatizados possam ser projetados e disponibilizados visando a gestão mais eficiente destas produções.

A UTFPR, com mais de um século de existência, tem se consolidado como uma instituição formadora de recursos humanos na área tecnológica em todo o estado do Paraná. O câmpus da UTFPR na cidade de Toledo foi instalado em 2007, sendo fruto da expansão da UTFPR em direção ao interior por meio do programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo também contado com a iniciativa da Prefeitura Municipal de Toledo, da Fundação Educacional de Toledo, além outras autoridades e entidades representativas da região. A carência de profissionais é demonstrada no [Quadro 2](#), a qual apresenta os resultados de pesquisas de instituições que oferecem cursos correlatos à Engenharia Eletrônica em um raio de 150 km de Toledo. Foram encontradas apenas três instituições com oferta de cinco cursos, incluindo o presente curso.

Quadro 2 – Cursos de Engenharia eletrônica próximos à Toledo/PR

Instituição	Nome do Curso	Cidade	Distância
UTFPR	Eng. Eletrônica	Toledo	0 km
Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG)	Eng. Elétrica e Eng. de Controle	Cascavel	40 km
UTFPR	Eng. Elétrica	Medianeira	98 km
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Eng. Elétrica	Foz do Iguaçu	150 km

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Do ponto de vista político, o curso de Engenharia Eletrônica também é fruto da expansão da UTFPR em direção ao interior do Estado do Paraná, através do programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Adicionalmente, o curso contou com a iniciativa da Prefeitura Municipal de Toledo, da Fundação Educacional de Toledo (FUNET) e da UTFPR – Câmpus Medianeira para iniciar as suas atividades. Analisando pelo aspecto econômico, os engenheiros têm papel fundamental para a economia do país, de tal forma que alguns indicadores econômicos se baseiam na atividade de engenharia ou na quantidade de engenheiros formados no país/região. A criação do curso busca atender às necessidades da microrregião de Toledo, mediante formação de profissionais para atuar no setor eletroeletrônico, de automação e de elétrica. A oferta do curso de engenharia eletrônica visa contribuir com uma preocupação crescente: a carência de profissionais da área de engenharia no Brasil. Existem atualmente cerca de 550 mil engenheiros no país, uma razão de seis para cada mil pessoas economicamente ativas, enquanto países como Estados Unidos e Japão têm 25. Quase 50% dos estudantes de Engenharia no Brasil cursam Engenharia Civil, enquanto em países desenvolvidos há um maior percentual em modalidades ligadas a alta tecnologia, como eletrônica, por exemplo.

A região Oeste do Paraná possui potencial industrial comprovado, contando com parques industriais estruturados e indústrias nas áreas: alimentos, medicamentos, têxteis, informática e metal mecânica. Além do potencial industrial, a região tem elevada produção agrícola, sendo seus expoentes a suinocultura, avicultura, produção de grãos e leiteira, o que possibilita que inúmeros dispositivos eletrônica para automação e recursos informatizados possam ser projetados e disponibilizados visando a gestão mais eficiente destas produções. Além das evidências regionais, o mercado global e a velocidade dos avanços tecnológicos, principalmente nas áreas de elétrica, eletrônica, automação e computação, têm gerado carência de profissionais qualificados, capazes de atender as demandas e acompanhar tais mudanças. O mercado relacionado à eletrônica é totalmente globalizado, mas com uma forte demanda local, exigindo dos profissionais a apresentação de soluções muitas vezes personalizadas, que demandam menores custos e maior satisfação dos clientes. Adicionalmente, percebe-se o avanço do emprego de dispositivos eletrônicos nas mais diversas áreas, incluindo o agronegócio, processamento de alimentos, indústria química e os outros ramos da engenharia. Desta forma, um profissional que combine um sólido embasamento em sua área de atuação, com forte perfil inovador, e liderança estará melhor adaptado e mais propenso a atender as necessidades locais.

Considerando o cenário futuro, a direção do Câmpus Toledo da UTFPR, com apoio da Reitoria e da Pró-reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC) firmaram um convênio com o Biopark, um empreendimento privado, sediado em Toledo e que visa se transformar em um parque tecnológico referência em biociências e biotecnologia. A

UTFPR recebeu a doação de um terreno com uma área de 37.375 m² para a instalação de um complexo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O estabelecimento desse parque tecnológico deve fortalecer ainda mais a região na área de tecnologia, aumentando a demanda por engenheiros.

A evolução Histórica do curso de Engenharia Eletrônica pode ser resumida como:

1. Ingresso da primeira turma em 2009 com a denominação de curso de Engenharia Industrial Elétrica com Ênfase em Automação;
2. Mudança do nome do curso para Engenharia Eletrônica no início de 2010;
3. Em 2012, ocorreu o reconhecimento do curso pelo MEC, que atribuiu conceito 4 ao curso;
4. Em 2013, ocorreu a formatura da primeira turma;
5. Em 2017, o curso foi avaliado no ENADE, obtendo conceito 5;
6. Em 2019, o curso completou 10 anos de existência e foi submetido a uma nova avaliação do ENADE, obtendo conceito 4.

Com base neste contexto, a UTFPR estruturou seu curso de Engenharia Eletrônica, que oferecerá uma formação ampla e diversificada, dentro da grande área da Elétrica, que inclui as áreas básicas Matemática, Física, Química, Informática e Humanas, que, visam proporcionar melhores condições para as práticas. Também engloba áreas mais aplicadas, as de cunho profissionalizante, tais como Eletrônica Analógica e Digital, Automação e Controle, Processamento Digital de Sinais e Sistemas Embarcados/Microcontrolados.

Dessa forma, o egresso do curso de Engenharia Eletrônica pode atuar em diversas áreas, abrangendo indústrias de materiais, dispositivos e instrumentos elétricos, eletrônicos e de informática, escritórios de engenharia, empresas de geração e distribuição de energia, empresas de consultoria e assessoramento, empresas de software, serviços públicos e instituições de ensino e pesquisa, produção industrial, desenvolvimento de software, gestão de pessoas e de processos, desenvolvimento de hardware e software para os processos de automação. Integrado a esse contexto, o curso de Engenharia Eletrônica tem papel fundamental na região, contribuindo para o seu desenvolvimento.

4.3 QUADRO DE DADOS GERAIS DO CURSO

O [Quadro 3](#) representa os dados gerais do curso.

Quadro 3 – Dados gerais do curso

Nome do curso	Engenharia Eletrônica
Grau conferido	Engenheiro em Eletrônica
Modalidade	Presencial
Duração do curso	5 anos / 10 semestres
Regime escolar	Regime semestral, sendo a matrícula realizada por unidade curricular, respeitados os pré-requisitos e equivalências existentes.
Número de vagas ofertadas anualmente	88
Turno	Diurno (manhã e tarde)
Início de funcionamento do curso	Janeiro de 2009
Ato de reconhecimento	Aprovado pela Resolução Resolução N. 76/08 – COEPP, de 15/08/08. Portaria MEC N. 176/13, de 18/04/13

4.4 FORMA DE INGRESSO E VAGAS

O acesso aos cursos superiores da UTFPR desde o ano de 2009 ocorre de acordo com o Sistema de Seleção Unificado (SISU) que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme a Deliberação nº04/2009 do Conselho Universitário da UTFPR (21).

As entradas definidas no parágrafo anterior compreendem 44 vagas semestrais, sendo que os alunos ingressantes iniciam o curso no período vespertino, havendo alternância dos próximos períodos para matutino (períodos pares) e vespertino (períodos ímpares). Tal oferta de vagas é definida em decorrência dos parâmetros do MEC quanto à liberação de vagas docentes no ato da autorização dos cursos e também do planejamento da própria UTFPR em termos das dimensões das salas de aulas teóricas e práticas.

Também são admitidos alunos por meio de editais de processos seletivos para vagas remanescentes ou transferência a partir do segundo semestre, obedecendo às normas aprovadas pelo Conselho de Graduação e Educação Profissional (COGEP) da UTFPR.

4.5 OBJETIVOS DO CURSO

Em função do planejamento estratégico institucional e das ações definidas pelo planejamento do curso foram definidos os objetivos descritos abaixo:

1. Formar um profissional generalista, que atua na área de materiais eletroeletrônicos; sistemas de medição e de controle eletroeletrônico; desenvolvimento de sistemas, produtos e equipamentos eletrônicos, sistemas embarcados, conversores de energia e instalações elétricas.

2. Formar um profissional que estuda, projeta e especifica materiais, componentes, dispositivos e equipamentos eletroeletrônicos, eletromecânicos, magnéticos, ópticos, de instrumentação, sensores e atuadores de transmissão e recepção de dados, de áudio/vídeo, de segurança patrimonial e de eletrônica embarcada.
3. Capacitar o graduado a planejar, projetar, instalar, operar e manter sistemas e instalações eletrônicas, instalações elétricas, equipamentos, sistemas de medição e instrumentação eletroeletrônica, de acionamentos de máquinas elétricas, de controle eletrônico e de automação e de sistemas eletrônicos embarcados.
4. Fornecer embasamento teórico para coordenar e supervisionar equipes de trabalho, realizar estudos de viabilidade técnico-econômica, executar e fiscalizar obras e serviços técnicos; e efetuar vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres.
5. Imbuir no profissional a ética, a segurança, a legislação e os impactos ambientais.
6. Fornecer um embasamento sólido que permita ao aluno dar prosseguimento a seus estudos, expandindo sua área de atuação, atuando em áreas multidisciplinares, ou buscando pós-graduação.
7. Atender a legislação profissional, habilitando o graduado a atuar em um amplo espectro da Engenharia Elétrica e Eletrônica, com atribuições condizentes com as resoluções relativas a atribuições profissionais do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
8. Estabelecer-se como um curso flexível permitindo ao aluno participar de programas de mobilidade acadêmica, de intercâmbios e de programas de dupla diplomação.
9. Permitir a celebração de convênios de dupla diplomação com universidades estrangeiras.
10. Permitir ao egresso do curso a atualização constante através de disciplinas optativas nas áreas de aprofundamento, com a possibilidade de serem cursadas em outros campi da UTFPR, facultando-lhe agregar novas competências e atribuições profissionais junto ao sistema CONFEA/CREA.

Pretende-se que o Curso venha a se distinguir pela acentuada integração com empresas, pela busca de integração com cursos de Pós-Graduação, pela significativa visão sistêmica e integração entre software e hardware, pela integração das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pela educação continuada, pela possibilidade de convalidação de créditos cursados em Universidades estrangeiras, pelo incentivo ao empreendedorismo, pela diversidade das Áreas de Conhecimento, bem como pela elevada carga horária em laboratórios.

4.6 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso superior de Bacharelado em Engenharia Eletrônica é um profissional versátil capaz de propor soluções em sistemas eletroeletrônicos em contexto local e global, considerando legislação, normas técnicas, preceitos ético-políticos, sustentabilidade, inovações, e bem estar social. Tal profissional se caracteriza por conceber sistemas analógicos, de potência, de processamento digital, de controle automação e eletrotécnica. Poderá atuar em empresas públicas ou privadas de base tecnológica, no desenvolvimento de hardware e software e a sua integração com outros sistemas, bem como na capacitação de equipes de profissionais da área tecnológica. Sendo capaz de:

- i Desenvolver sistemas eletroeletrônicos eficazes, gerenciando os recursos tecnológicos, de forma sustentável;
- ii Gerenciar o desenvolvimento de projetos, segundo normas e critérios técnicos de segurança e de desempenho, com senso crítico e atitude colaborativa.
- iii Capacitar equipes de profissionais da área tecnológica, com comunicação qualificada.

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Curso Superior de Engenharia Eletrônica do Câmpus Toledo da UTFPR é estruturado de acordo com: a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 (22); a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (6); a Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005 (9); o Estatuto e Regimento Geral da UTFPR (23); as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia (8); a Resolução nº 90/2018 – COGEP (7); e às demais diretrizes e regulamentos internos aplicáveis. A concepção de ensino e aprendizagem do curso, a matriz curricular, os procedimentos de avaliação e os instrumentos de apoio expressos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), são construídos coletivamente e submetidos ao Conselho de Graduação e Educação Profissional (COGEP) para aprovação, em modelo e prazo estabelecido.

Segundo o PPI:

“A UTFPR deve contribuir para o avanço conceitual da educação profissional e tecnológica, tomando como princípio a formação integral do homem, em bases científicas e ético-políticas, entendendo que o exercício das atividades humanas não se restringe ao caráter produtivo, mas compreende todas as dimensões: social, política, cultural e ambiental” (12).

Dessa forma, a estrutura curricular do Curso de Engenharia Eletrônica da UTFPR – Campus Toledo possui bases na demanda do mercado regional (veja a seção 4.2), demanda essa tanto de qualificação profissional, como de características socioeconômicas. Para dar atendimento à demanda do mercado de um profissional com um perfil diferenciado, não só em tecnologia, mas também voltado para o desenvolvimento social e sustentabilidade, a organização do Curso de Engenharia Eletrônica apresenta bases científicas e de gestão de nível superior dimensionada e direcionada às terminalidades da formação do engenheiro.

A organização didático pedagógica deste PPC promove as políticas de ensino e de graduação, previstas nos documentos institucionais norteadores PDI (11) e PPI (12). As políticas de ensino são as elencadas na seção “3.3 POLÍTICAS DE ENSINO” do PDI:

- Articulação entre a teoria e a prática;
- Desenvolvimento de competências profissionais;
- Flexibilidade curricular;
- Mobilidade acadêmica;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Da mesma forma, as políticas de graduação são elencadas na seção “3.4 POLÍTICAS DE GRADUAÇÃO” do PDI:

- Flexibilidade curricular;
- Articulação com a sociedade;
- Mobilidade acadêmica;
- Sustentabilidade;
- Interculturalidade;
- Inovação curricular e metodológica;
- Internacionalização.

O Curso de Engenharia Eletrônica promove a aprendizagem de conhecimentos estruturados vinculados ao desenvolvimento de competências, em uma dinâmica que enfatiza a prática profissional sem excluir as dimensões sociais e ambientais da qual faz parte. As disciplinas, não mais isoladas, são promotoras do saber, saber fazer e saber ser, se responsabilizando pelo currículo vivo formador de profissionais aptos a mobilizar, integrar e aplicar adequadamente esses conhecimentos. A metodologia do curso envolve processos de participação do estudante que permite a constante construção do conhecimento.

Os conceitos são apresentados a partir dos conhecimentos expostos em livros didáticos, artigos científicos, situações reais e outros materiais bibliográficos pertinentes, conduzidos pela experiência dos docentes. Também são incentivados projetos que permitam a análise reflexiva e o aprendizado da prática profissional pelo discente. Procura-se continuamente estabelecer a interdisciplinaridade relacionando os conteúdos das diversas disciplinas que compõem o curso.

5.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Engenharia Eletrônica da UTFPR é estruturada em dez semestres sob o regime de matrícula por disciplina com entrada anual de 88 acadêmicos. Sua carga horária totaliza 4060 h de atividades com conteúdo de natureza profissionalizante, científica, humanística, extensionista e cultural.

A organização da matriz curricular do curso contempla os objetivos de instigar o interesse pela ciência e tecnologia e, ao mesmo tempo, fornece um sólido embasamento para o conteúdo profissionalizante. Isto é alcançado apresentando disciplinas profissionalizantes o mais cedo possível, ao mesmo tempo que o aluno tem uma prévia do que será ministrado adiante no curso através da disciplina de Introdução à Engenharia. A maioria das disciplinas possui carga horária em laboratório, com experimentos realizados nas áreas de física, química e eletrônica desde o primeiro semestre. As disciplinas da área de formação profissionalizante estão presentes em todos os semestres e são desenvolvidas em sua maior parte em laboratório. Especificamente, os conteúdos de computação são apresentados

desde o primeiro semestre, enquanto os conteúdos de engenharia elétrica e eletrônica são apresentados desde o terceiro. Além disso, a sequência de pré-requisitos das disciplinas permite a inclusão de atividades interdisciplinares desde o início do curso.

As atividades acadêmicas presenciais são divididas em Atividades Teóricas (AT) e Atividades Práticas (AP). As ATs consistem na apresentação de conteúdos teóricos em sala de aula. Já as APs têm vistas ao desenvolvimento prático dos conteúdos, consistindo de experimentos, atividades de laboratório, ou visitas técnicas.

Algumas unidades curriculares também possuem parte da carga horária em atividades não-presenciais (ANP), que correspondem a processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos para além dos tempos e espaços da sala de aula. São mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação, desenvolvidas numa relação dialógica entre docentes e estudantes.

Os projetos pedagógicos dos cursos da UTFPR devem dar ênfase as APs. Para cursos de engenharia, a carga horária de AP, para o conjunto de disciplinas específicas, deve ser de, no mínimo, a metade. Objetiva-se, com isto, formar um profissional diferenciado, apto a lidar com problemas de ordem prática e pronto para lidar com as necessidades imediatas do mercado de trabalho.

5.2 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso de Engenharia Eletrônica é construída em consonância com os objetivos do curso e da Instituição, atendendo ao perfil do egresso (ver [seção 4.6](#)), após as discussões dos integrantes do NDE.

Os conteúdos trabalhados devem ter significado aos estudantes, possibilitando uma aprendizagem consistente e significativa. Entende-se que os conhecimentos técnicos não podem estar separados da formação geral e humanística. Os eixos norteadores, destacados, são considerados prioritários e serão desenvolvidos durante toda a trajetória do curso, quais sejam, como Meio ambiente, Ética e Cidadania, Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, a construção de valores de solidariedade, inclusão, cooperação e respeito à Diversidade.

A partir desta perspectiva, a estruturação curricular do curso seguindo as diretrizes curriculares para os cursos de Engenharia (8), é embasada em três Núcleos de Conteúdos, com a necessária interligação entre si:



- i Núcleo de Conteúdos Básicos;
- ii Núcleo Conteúdos Profissionalizantes;
- iii Núcleo Conteúdos Específicos.

Ainda, os discentes do Curso podem desenvolver em conjunto com a Universidade:

- Projetos de Interesse e Inclusão Social;
- Ações para Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social;
- Atividades de Valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e de patrimônio cultural;
- Projetos de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Nacional Sustentável.

O [Quadro 4](#) apresenta a matriz curricular do curso de Engenharia Eletrônica do campus Toledo da UTFPR. As disciplinas são codificadas por cores, branco: disciplinas do núcleo básico, optativas e TCC; amarelo: disciplinas de computação; magenta: disciplinas de eletrônica; cinza: disciplinas de elétrica; e laranja: disciplinas de controle. A seções [5.2.1](#) à [5.2.8](#) resumem as informações do [Quadro 4](#).

Quadro 4 – Matriz do Curso de Engenharia Eletrônica

<div><div></div><div><div>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</div><div>UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Câmpus Toledo</div><div>CURSO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA</div><div>MATRIZ CURRICULAR</div></div><div></div></div>																			
1º Período		2º Período		3º Período		4º Período		5º Período		6º Período		7º Período		8º Período		9º Período		10º Período	
Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre		Carga horária presencial no semestre	
Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre		Carga horária não presencial no semestre	
Desenho Técnico		Comunicação Oral e Escrita		Cálculo Diferencial e Integral 3		Cálculo 4B		Sinais e Sistemas		Gestão de Projetos		Empreendedorismo		Optativa 1		Optativa 2		Optativa 3	
1.1 3 1/2 3 B 45		2.1 2 2/0 4 B 30		3.1 4 4/0 4 2.2 B 60		4.1 4 4/0 4 2.2 B 60		5.1 4 3/1 4 4.1 4.3 P 60		6.1 2 2/0 2 B 30		7.1 2 2/0 2 B 30		8.2 4 2/2 4 7.3 PE 60		9.2 38 1/3 P7 8.7 SIC 60		10.2 38 9.2 SIC 60	
Cálculo Diferencial e Integral 1		Cálculo Diferencial e Integral 2		Equações Diferenciais Ordinárias		Eletrônica Analógica 1		Física 4		Sistemas Digitais		Eletrônica de Potência		Lógica Reconfigurável		Trabalho de Conclusão de Curso 1		Trabalho de Conclusão de Curso 2	
1.2 6 6/0 6 B 90		2.2 4 4/0 4 1.2 B 60		3.2 4 4/0 4 1.3 2.2 B 60		4.2 6 4/2 6 3.3 P 90		5.2 4 4/0 4 3.5 B 60		6.2 6 3/3 6 4.2 PE 90		7.2 6 3/3 6 4.2 PE 90		8.2 4 2/2 4 7.3 PE 60		9.2 38 1/3 P7 8.7 SIC 60		10.2 38 9.2 SIC 60	
Geometria Analítica e Álgebra Linear		Química Básica Teórica		Análise de Circuitos Elétricos 1		Circuitos Elétricos 2		Eletrônica Analógica 2		Controle de Sistemas Lineares 1		Microcontroladores		Sistemas Embarcados					
1.3 6 6/0 6 B 90		2.3 4 4/0 4 B 60		3.3 4 4/2 4 1.2 P 60		4.3 6 4/2 6 3.1 3.3 P 90		5.3 6 4/0 6 4.2 PE 90		6.3 4 3/1 4 4.3 5.1 P 60		7.3 6 2/4 6 6.2 PE 90		8.3 4 1/3 4 7.3 PE 60					
Introdução a Engenharia		Química Básica Experimental		Laboratório de Circuitos Elétricos 1		Eletromagnetismo		Medidas e Sensores		Conversão de Energia 1		Controle de Sistemas Lineares 2		Controle Supervisório					
1.4 2 2/0 2 B 30		2.4 2 0/2 4 B 30		3.3 2 0/2 2 1.2 P 30		4.4 4 4/0 3 3.3 3.5 P 60		5.4 3 2/1 3 4.3 4.2 P 45		6.4 4 2/2 4 4.3 4.4 PE 60		7.4 4 2/2 4 6.3 PE 60		8.4 4 2/2 4 7.4 PE 60					
Física 1		Probabilidade e Estatística		Cálculo Numérico		Fenômenos de Transporte 1		Fundamentos de Engenharia de Segurança do Trabalho		Instalações Elétricas		Máquinas e Acionamentos		Economia					
1.5 4 3/2 4 B 75		2.5 4 4/0 4 B 60		3.4 4 2/2 4 2.2 2.6 B 60		4.5 2 2/0 2 2.4 B 30		5.5 2 2/0 2 P 30		6.5 4 2/2 4 4.3 PE 60		7.5 4 2/2 4 6.4 PE 60		8.5 2 2/0 2 B 30					
Computação 1		Fundamentos de Programação		Física 3		Sistemas operacionais		Materiais e Equipamentos Elétricos		Fundamentos de Sistemas de Comunicação		Processamento Digital de Sinais		Ciências do Ambiente					
1.6 4 2/2 4 PE 60		2.6 4 2/2 4 1.6 B 60		3.5 4 3/2 4 2.2 2.4 B 75		4.6 4 2/2 4 3.6 PE 60		5.6 4 2/2 4 2.3 P 60		6.6 4 2/2 4 4.2 5.1 PE 60		7.6 4 2/2 4 5.1 PE 60		8.6 2 2/0 2 B 30					
		Medicina Geral 1		Arquitetura e organização de computadores										Metodologia de Pesquisa					
		2.7 4 4/0 4 1.3 1.5 B 60		3.6 4 2/2 4 2.6 PE 60										8.7 2 2/0 2 B 30					
		Física 2																	
		2.8 5 3/2 5 1.5 B 75																	
Computação		Eletrônica		Elétrica		Controle													
Ciclo de humanidades																			
																		B ???	
																		Estágio Curricular Obrigatório	
																		SIC 400	
Aulas Semanais		26		27		25		####		####		####		26		22		####	
																		4	
LEGENDA																			
R - REFERÊNCIA/IDENTIFICADOR NA MATRIZ																			
APS - ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS																			
ATP - AULAS TEÓRICAS/PRÁTICAS (SEMANAIS)																			
TA - TOTAL DE AULAS/SEMANAIS																			
CHT - CARGA HORÁRIA TOTAL SEMESTRAL																			
PR - PRÉ-REQUISITO																			
TC - TIPO DE CONTEÚDO																			
TIPO DE CONTEÚDO (TC)																			
B - CONTEÚDOS BÁSICOS																			
P - CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES																			
PE - CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES ESPECÍFICOS																			
SIC - ATIVIDADE DE SÍNTESE E INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTO																			
ATIVIDADES PRESENCIAIS																			
3230																			
hs																			
APS																			
250																			
hs																			
SIC																			
580																			
hs																			
CARGA HORÁRIA TOTAL																			
4060																			
hs																			
MATRIZ EE1																			
Engenharia Eletrônica - UTFPR - TD																			
Atualização: ????																			

Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

5.2.1 REGIME LETIVO

As atividades acadêmicas serão em regime semestral, com número mínimo de pré-requisitos, visando melhor consolidação dos conhecimentos nas áreas de atuação do engenheiro eletrônico. A matrícula no curso é realizada por disciplina. Quanto à matrícula e à periodização serão seguidas as normas institucionais do Regulamento de Organização Didático Pedagógica aplicável ao curso.

5.2.2 DURAÇÃO DO CURSO

Integralização mínima em 5 anos (10 períodos, sendo cada período equivalente a um semestre letivo) e máxima em 9 anos, de acordo com o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação da UTFPR (19).

5.2.3 CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS

As atividades teóricas do curso compreendem 2626 horas-aula. Destaca-se que, conforme a Instrução Normativa 02/10 da Instituição (24), uma aula na UTFPR possui 50 minutos. Assim sendo, foi realizada a compensação da duração de uma aula (50 minutos) em horas (60 minutos), dividindo o número total de horas-aula por 1,2.

As atividades práticas do curso compreendem 1242 horas-aula. Todo ano é promovida a semana acadêmica com enfoque em atividades científicas, atividades de extensão, palestras e seminários com profissionais que atuam em áreas pertinentes à formação do discente e outros. Também são promovidas, de acordo com a disponibilidade, visitas técnicas durante o curso.

5.2.4 CARGA HORÁRIA DAS AULAS À DISTÂNCIA (AD)

Segundo portaria de MEC Nº2.117, de 6 de dezembro de 2019 (25), as instituições de ensino poderão ofertar disciplinas em no máximo 40% de sua carga horária total do curso. A principal ferramenta de Tecnologia de informação e comunicação (TIC) para a oferta desta modalidade é o sistema MOODLE. Para que uma disciplina ocorra desta maneira deve estar previsto em plano de ensino e ser aprovado por colegiado competente. Entretanto, em caso de ausência do docente por motivo previsto ou não previsto (como acidentes, doenças, falecimentos, dentre outros) a aula pode ser antecipada ou repostada por meio de uma atividade não presencial a distância desde que seja aprovada pelo coordenador do curso conforme Resolução nº084/17 do COGEP (26).

5.2.5 CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia (8), em seu artigo 11, “a formação do engenheiro inclui, como etapa integrante da

graduação, as práticas reais, entre as quais o estágio curricular obrigatório sob supervisão direta do curso”. Aliado a essa diretriz, a UTFPR estabelece, na Resolução Conjunta COGEP-COEMP Nº 01/2020, de 02 de junho de 2020 (27), que a carga horária mínima de estágio obrigatório para os cursos da UTFPR deve ser de 400 horas, sendo esse o mesmo valor adotado pelo curso de Engenharia Eletrônica.

5.2.6 CARGA HORÁRIA DO TCC

O TCC tem uma carga total de 144 horas-aula, a carga horária é dividida igualmente nas disciplinas de TCC 1 e TCC 2.

5.2.7 CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADE COMPLEMENTARES

Verificar se as Atividade complementares continuarão.

5.2.8 CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A curricularização da Extensão no curso, é desenvolvida como uma possibilidade de aplicação de um conjunto de conhecimentos desenvolvidos durante as atividades de ensino e pesquisa e ofertada para a comunidade universitária da UTFPR, à comunidade no entorno direto da Universidade e às regiões circunvizinhas.

As atividades de Extensão enfocam a observação da realidade, tratada com o objetivo de produzir impacto junto à comunidade visando o desenvolvimento regional sustentável. Estarão organizadas em torno de programas ou projetos, sendo incluídas no projeto individual de algumas disciplinas, totalizando 400 horas.

5.3 CONTEÚDOS CURRICULARES

Esta seção descreve os componentes curriculares por período, as unidades curriculares obrigatórias, optativas e eletivas, demonstrando a totalização das cargas horárias. A composição da distribuição gradual dos períodos e áreas de conhecimento é apresentado em uma sequência didática lógica demonstrando a integração entre os componentes curriculares. Também é descrito como está estruturado o ciclo de humanidades (grupo de unidades curriculares da área de humanidades exigido pela Resolução 90 do COGEP (7)).

5.3.1 UNIDADES CURRICULARES DO PRIMEIRO PERÍODO

Este período do curso, historicamente, apresenta-se como um dos semestres mais difíceis e desafiadores para o corpo discente. Isto pode estar relacionado ao próprio momento em que o discente se encontra, buscando se adaptar a uma nova realidade, muitas das vezes experimentando o conflito entre a gestão da liberdade pessoal e a necessidade de

se disciplinar frente às atividades acadêmicas. Em outra perspectiva, a turma do Primeiro Período geralmente apresenta grande diversidade de cultura e formação básica, o que torna importante a implementação de momentos de nivelamento e ambientação que propiciem um melhor fluxo de desenvolvimento das disciplinas e, conseqüentemente, seu melhor aproveitamento.

Desta forma, o Primeiro Período possui disciplinas que buscam e ambientar o discente ao curso, tais como “Introdução à Engenharia” e “Computação 1”.

Adicionalmente, este período é o início do alicerce para as fundamentações matemáticas necessárias para o bom engenheiro eletrônico. Essa fundamentação se estende até o quarto período onde, a partir de então, as unidades curriculares específicas e profissionalizantes se iniciam.

Os conteúdos curriculares do primeiro período estão listados na [Tabela 1](#). Adicionalmente, a estrutura de cada unidade curricular é apresentada em quadros: Desenho Técnico ([Quadro 5](#)), Cálculo Diferencial e Integral 1 ([Quadro 6](#)), Geometria Analítica e Álgebra Linear ([Quadro 7](#)), Introdução a Engenharia ([Quadro 8](#)), Física 1 ([Quadro 9](#)), Computação 1 ([Quadro 10](#)).

Tabela 1 – Conteúdos curriculares do Primeiro Período

Primeiro Período			Carga horária (h)			
Unidade Curricular	Área do Conhecimento	Extensionista	AT ¹	AP ²	ANP ³	Total
Desenho Técnico	Humanidades	-	15	30	0	45
Cálculo Diferencial e Integral 1	Matemática	-	90	0	0	90
Geometria Analítica e Álgebra Linear	Matemática	-	90	0	0	90
Introdução a Engenharia	Educação em Engenharia	-	30	0	0	30
Física 1	Física	-	45	30	0	75
Computação 1	Ciência da Computação	-	30	30	0	60
Totais:			300	90	0	390

¹ AT - Atividades Teóricas

² AP - Atividades Práticas

³ ANP - Atividades não-presenciais

Fonte: Autoria própria

Quadro 5 – Dados estruturais da unidade curricular de Desenho Técnico

Desenho Técnico			
Período	Primeiro	Código	ET41A
Referência na matriz	1.1	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Humanidades	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	15 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 45 h			
Ementa			
Material de desenho; normas técnicas; linhas técnicas; caligrafia técnica; perspectivas; técnicas de cotagem; aplicação de escalas; projeções ortogonais; cortes; desenho mecânico aplicado a equipamentos elétricos; comandos de desenho, edição, visualização, impressão e criação de blocos de desenho utilizando programa de desenho eletrônico.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 6 – Dados estruturais da unidade curricular de Cálculo Diferencial e Integral 1

Cálculo Diferencial e Integral 1			
Período	Primeiro	Código	ET41B
Referência na matriz	1.2	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Matemática	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	90 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 90 h			
Ementa			
Sistematização dos conjuntos numéricos; sistema cartesiano ortogonal; relações e funções reais de uma variável real; limites e continuidade de funções reais de uma variável real; estudo das derivadas de funções reais de uma variável real; estudo da variação de funções através dos sinais das derivadas; teoremas fundamentais do cálculo diferencial; estudo das diferenciais e suas aplicações; estudo das integrais indefinidas; estudo das integrais definidas; aplicações das integrais definidas; integrais impróprias.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 7 – Dados estruturais da unidade curricular de Geometria Analítica e Álgebra Linear

Geometria Analítica e Álgebra Linear			
Período	Primeiro	Código	ET41D
Referência na matriz	1.3	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Matemática	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	90 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 90 h			
Ementa			
Sistemas de coordenadas; matrizes; sistemas de equações lineares; vetores; produto de vetores; aplicação de vetores ao estudo da reta e do plano; espaços vetoriais; transformações lineares; autovalores e autovetores; espaço com produto interno; cônicas e quádricas.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 8 – Dados estruturais da unidade curricular de Introdução a Engenharia

Introdução a Engenharia			
Período	Primeiro	Código	ET41E
Referência na matriz	1.4	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Educação em Engenharia	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	30 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 30 h			
Ementa			
Conceito de engenharia; conceitos de ciência, tecnologia e arte; noções de história da engenharia; a matemática como ferramenta do engenheiro; conceitos de projeto de engenharia; ferramentas de engenharia; a função social do engenheiro; ética na engenharia; engenharia e meio ambiente; o curso de engenharia.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 9 – Dados estruturais da unidade curricular de Física 1

Física 1			
Período	Primeiro	Código	ET41C
Referência na matriz	1.5	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Física	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	45 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 75 h			
Ementa			
Sistemas de unidades; análise dimensional; teoria de erros; vetores; cinemática; as 3 leis de newton; lei de conservação da energia; sistemas de partículas; colisões; movimento de rotação; conservação do momento angular.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 10 – Dados estruturais da unidade curricular de Computação 1

Computação 1			
Período	Primeiro	Código	ET41Fx
Referência na matriz	1.6	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Ciência da Computação	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	30 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Operadores relacionais e lógicos; conceito e desenvolvimento de algoritmos; procedimentos e funções; estruturas básicas de decisão e controle de fluxo; tipos de dados estruturados homogêneos e heterogêneos; conceitos de engenharia de software aplicados ao desenvolvimento de algoritmos.			

Fonte: Autoria própria

5.3.2 UNIDADES CURRICULARES DO SEGUNDO PERÍODO

Os conteúdos curriculares do segundo período estão listados na [Tabela 2](#). Adicionalmente, a estrutura de cada unidade curricular é apresentada em quadros: Comunicação Linguística ([Quadro 11](#)), Cálculo Diferencial e Integral 2 ([Quadro 12](#)), Química Básica Teórica ([Quadro 13](#)), Química Básica Experimental ([Quadro 14](#)), Probabilidade e Estatística ([Quadro 15](#)), Fundamentos de Programação ([Quadro 16](#)), Mecânica Geral 1 ([Quadro 17](#)), Física 2 ([Quadro 18](#)).

Tabela 2 – Conteúdos curriculares do Segundo Período

Segundo Período			Carga horária (h)			
Unidade Curricular	Área do Conhecimento	Extensionista	AT ¹	AP ²	ANP ³	Total
Comunicação Linguística	Humanidades	-	30	0	0	30
Cálculo Diferencial e Integral 2	Matemática	-	60	0	0	60
Química Básica Teórica	Química	-	60	0	0	60
Química Básica Experimental	Química	-	0	30	0	30
Probabilidade e Estatística	Matemática	-	60	0	0	60
Fundamentos de Programação	Ciência da Computação	-	30	30	0	60
Mecânica Geral 1	Física	-	60	0	0	60
Física 2	Física	-	45	30	0	75
Totais:			345	90	0	435

¹ AT - Atividades Teóricas

² AP - Atividades Práticas

³ ANP - Atividades não-presenciais

Fonte: Autoria própria

Quadro 11 – Dados estruturais da unidade curricular de Comunicação Linguística

Comunicação Linguística			
Período	Segundo	Código	ET42K
Referência na matriz	2.1	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Humanidades	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	30 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 30 h			
Ementa			
Noções fundamentais da linguagem. Concepção de texto. Coesão e coerência textual. Argumentação na comunicação oral e escrita. Resumo. Resenha crítica. Artigo. Análise e interpretação textual. Técnicas e estratégias de comunicação oral formal.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 12 – Dados estruturais da unidade curricular de Cálculo Diferencial e Integral 2

Cálculo Diferencial e Integral 2			
Período	Segundo	Código	ET42B
Referência na matriz	2.2	Pré-requisito	1.2
Área do Conhecimento	Matemática	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	60 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Sistemas de coordenadas polares; tópicos de topologia dos espaços reais n-dimensionais; relações e funções em espaços reais n-dimensionais; limite e continuidade de funções de n-variáveis reais; derivadas parciais; derivadas de funções compostas, implícitas e homogêneas; diferenciais de funções de n-variáveis; máximos e mínimos de funções de n-variáveis reais; integrais múltiplas; aplicações geométricas das integrais múltiplas.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 13 – Dados estruturais da unidade curricular de Química Básica Teórica

Química Básica Teórica			
Período	Segundo	Código	ET42L
Referência na matriz	2.3	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Química	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	60 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Estrutura Atômica. Ligações Químicas e Propriedades da matéria. Soluções. Reações Químicas e Estequiometria. Cinética química e equilíbrio. Teoria Ácido-Base. Eletroquímica.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 14 – Dados estruturais da unidade curricular de Química Básica Experimental

Química Básica Experimental			
Período	Segundo	Código	ET42M
Referência na matriz	2.4	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Química	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	0 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 30 h			
Ementa			
Normas de segurança no laboratório. Noções básicas de prevenção e combate a incêndios. Equipamentos e vidrarias básicos de laboratório. Calibração de instrumentos de medidas. Algarismos significativos. Medidas e tratamento de dados. Procedimentos de descarte e tratamentos dos resíduos de laboratórios de química. Propriedades físico-químicas da matéria. Soluções. Ácidos e bases. Reações químicas. Cinética. Equilíbrio químico.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 15 – Dados estruturais da unidade curricular de Probabilidade e Estatística

Probabilidade e Estatística			
Período	Segundo	Código	ET45C
Referência na matriz	2.5	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Matemática	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	60 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Elementos de probabilidade; variáveis aleatórias; distribuição de probabilidade; inferência estatística; estimação; testes de hipóteses; controle estatístico de processo (CEP); análise da variância.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 16 – Dados estruturais da unidade curricular de Fundamentos de Programação

Fundamentos de Programação			
Período	Segundo	Código	ET42J
Referência na matriz	2.6	Pré-requisito	-
Área do Conhecimento	Ciência da Computação	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	30 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Computação e sociedade; conceitos básicos em computação; introdução ao paradigma orientado a objetos; sintaxe e semântica básica de uma linguagem de programação de alto nível; tipos de dados primitivos; algoritmos e resolução de problemas.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 17 – Dados estruturais da unidade curricular de Mecânica Geral 1

Mecânica Geral 1			
Período	Segundo	Código	ET42H
Referência na matriz	2.7	Pré-requisito	1.3, 1.5
Área do Conhecimento	Física	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	60 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Forças no plano; forças no espaço; sistema equivalente de forças; estática dos corpos rígidos em duas dimensões; estática dos corpos em três dimensões; forças distribuídas; estruturas; vigas; cabos; atrito; momento de inércia.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 18 – Dados estruturais da unidade curricular de Física 2

Física 2			
Período	Segundo	Código	ET42C
Referência na matriz	2.8	Pré-requisito	1.5
Área do Conhecimento	Física	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	45 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 75 h			
Ementa			
Gravitação; oscilações; ondas mecânicas; temperatura; mecânica dos fluidos; primeira lei da termodinâmica; teoria cinética dos gases; segunda lei da termodinâmica; óptica geométrica.			

Fonte: Autoria própria

5.3.3 UNIDADES CURRICULARES DO TERCEIRO PERÍODO

Os conteúdos curriculares do segundo período estão listados na [Tabela 3](#). Adicionalmente, a estrutura de cada unidade curricular é apresentada em quadros: Cálculo Diferencial e Integral 3 ([Quadro 19](#)), Equações Diferenciais Ordinárias ([Quadro 20](#)), Análise de Circuitos Elétricos 1 ([Quadro 21](#)), Laboratório de Circuitos Elétricos 1 ([Quadro 22](#)), Cálculo Numérico ([Quadro 23](#)), Física 3 ([Quadro 24](#)), Arquitetura e organização de computadores ([Quadro 25](#)).

Tabela 3 – Conteúdos curriculares do Terceiro Período

Terceiro Período			Carga horária (h)			
Unidade Curricular	Área do Conhecimento	Extensionista	AT ¹	AP ²	ANP ³	Total
Cálculo Diferencial e Integral 3	Matemática	-	60	0	0	60
Equações Diferenciais Ordinárias	Matemática	-	60	0	0	60
Análise de Circuitos Elétricos 1	Circuitos Elétricos Magnéticos e Eletrônicos	-	60	0	0	60
Laboratório de Circuitos Elétricos 1	Circuitos Elétricos Magnéticos e Eletrônicos	-	0	30	0	30
Cálculo Numérico	Matemática	-	30	30	0	60
Física 3	Física	-	45	30	0	75
Arquitetura e organização de computadores	Ciência da Computação	-	30	30	0	60
Totais:			285	120	0	405

¹ AT - Atividades Teóricas

² AP - Atividades Práticas

³ ANP - Atividades não-presenciais

Fonte: Autoria própria

Quadro 19 – Dados estruturais da unidade curricular de Cálculo Diferencial e Integral 3

Cálculo Diferencial e Integral 3			
Período	Terceiro	Código	ET43B
Referência na matriz	3.1	Pré-requisito	2.2
Área do Conhecimento	Matemática	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	60 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Análise vetorial; séries numéricas e séries de funções; fórmula de Taylor e de Maclaurin.			
Fonte: Autoria própria			

Quadro 20 – Dados estruturais da unidade curricular de Equações Diferenciais Ordinárias

Equações Diferenciais Ordinárias			
Período	Terceiro	Código	ET43A
Referência na matriz	3.2	Pré-requisito	1.3, 2.2
Área do Conhecimento	Matemática	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	60 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Equações diferenciais de primeira ordem; equações diferenciais de segunda ordem; sistemas de equações diferenciais; equações diferenciais não-lineares e estabilidade; resolução das equações diferenciais em séries de potências.			
Fonte: Autoria própria			

Quadro 21 – Dados estruturais da unidade curricular de Análise de Circuitos Elétricos 1

Análise de Circuitos Elétricos 1			
Período	Terceiro	Código	ET43J
Referência na matriz	3.3	Pré-requisito	1.2
Área do Conhecimento	Circuitos Elétricos Magnéticos e Eletrônicos	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	60 h
		Prática - AP	0 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Fundamentos de eletricidade; circuitos elétricos; leis de Kirchhoff; métodos sistemáticos de análise; teoremas de circuitos elétricos; amplificadores operacionais, circuitos de primeira ordem; circuitos de segunda ordem.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 22 – Dados estruturais da unidade curricular de Laboratório de Circuitos Elétricos 1

Laboratório de Circuitos Elétricos 1			
Período	Terceiro	Código	ET43K
Referência na matriz	3.4	Pré-requisito	1.2
Área do Conhecimento	Circuitos Elétricos Magnéticos e Eletrônicos	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	0 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 30 h			
Ementa			
Grandezas elétricas. Medidas elétricas. Potência e energia em circuitos elétricos. Circuitos equivalentes. Superposição. Amplificadores operacionais. Circuitos elétricos de primeira e segunda ordem.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 23 – Dados estruturais da unidade curricular de Cálculo Numérico

Cálculo Numérico			
Período	Terceiro	Código	ET43F
Referência na matriz	3.5	Pré-requisito	2.2, 2.6
Área do Conhecimento	Matemática	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	30 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Noções básicas sobre erros; zeros reais de funções reais; resolução de sistemas de equações lineares; interpolação; ajuste de curvas; integração numérica; solução numérica de equações diferenciais ordinárias.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 24 – Dados estruturais da unidade curricular de Física 3

Física 3			
Período	Terceiro	Código	ET42D
Referência na matriz	3.6	Pré-requisito	1.2
Área do Conhecimento	Física	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	45 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 75 h			
Ementa			
Carga elétrica; o campo elétrico; lei de Gauss; potencial elétrico; capacitância; corrente e resistência; circuitos elétricos em corrente contínua; o campo magnético; a indução magnética; indutância; magnetismo em meios materiais.			

Fonte: Autoria própria

Quadro 25 – Dados estruturais da unidade curricular de Arquitetura e organização de computadores

Arquitetura e organização de computadores			
Período	Terceiro	Código	ET43Ix
Referência na matriz	3.7	Pré-requisito	2.6
Área do Conhecimento	Ciência da Computação	Modalidade	Presencial
Extensionista	não	Idioma	Português
Carga Horária	Presencial	Teórica - AT	30 h
		Prática - AP	30 h
	Não Presencial - ANP		0 h
Carga horária total: 60 h			
Ementa			
Aritmética para computadores com inteiros e ponto flutuante. Arquiteturas gerais de Computadores. Reduced Instruction Set Computer (RISC) Complex Instruction Set Computer (CISC). Unidade de Processamento de Dados (CPU). Arithmetic Logic Unit (ALU). Instruções e linguagem de máquina. Modos de endereçamento. Sistemas de memória cachê. Pipeline. Mecanismos de interrupção. Interface com periféricos. Arquiteturas Paralelas e não Convencionais.			

Fonte: Autoria própria

6 ARTICULAÇÃO COM OS VALORES, PRINCÍPIOS E POLÍTICAS DE ENSINO DA UTFPR

6.1 DESENVOLVIMENTO DA ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO

A estrutura organizacional do curso é composta pela Coordenação de curso, assessorada pelo Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

7.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso é exercida por um docente lotado no Departamento Engenharia Eletrônica, contratado em regime de tempo integral. O Coordenador de Curso é entendido no âmbito da Universidade como gestor pedagógico, do qual se espera o compromisso com o investimento na melhoria da qualidade do curso, analisando as dimensões didáticas, pedagógicas, administrativas e políticas, mediante o exercício da liderança ética, democrática e inclusiva, que se materialize em ações propositivas e proativas. Ressalta-se que a escolha do(a) coordenador(a) é norteadada Resolução N^o145/2019 — COGEP, de 6 de dezembro de 2019 (28).

A coordenação do curso é sempre exercida por um docente com formação e experiência na docência e preferencialmente na área, dedicando pelo menos 20 h semanais à atividade. Os horários de atendimento ao discente sempre considera o turno do curso.

As atribuições do coordenador constam no Regimento dos Campi da UTFPR. Seção VI. Subseção III — Das Coordenações de Curso, Arts. 27^o, 28^oe 29^o (29). Além destas, o coordenador pode, por exemplo, propor em conjunto com os outros órgãos colegiados, mecanismos para a avaliação do desempenho do curso.

Dessa forma, a atuação do coordenador do Curso de Engenharia Eletrônica abrange:

- Garantir o cumprimento das normas institucionais;
- Congregar e orientar os estudantes e atividades do curso, sob sua responsabilidade;
- Controlar e avaliar, em conjunto com o Colegiado do Curso, o desenvolvimento dos projetos pedagógicos e da ação didático pedagógica, no âmbito do curso;
- Coordenar a elaboração e divulgar à comunidade os planos de ensino das disciplinas do seu curso;
- Coordenar o processo de planejamento de ensino, no âmbito do curso;
- Coordenar a elaboração de propostas de alteração e atualização curricular do curso;
- Coordenar as atividades relacionadas aos componentes curriculares constantes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Propor cursos de formação continuada;

- Zelar pelas questões disciplinares dos estudantes;
- Acompanhar e orientar o docente nas questões didático-pedagógicas;
- Realizar com as outras coordenações e a Diretoria de Graduação e Educação Profissional a alocação dos docentes nas disciplinas;
- Coordenar as ações relacionadas ao reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso;
- Solicitar e encaminhar os documentos acadêmicos, inclusive os de resultados de avaliações de ensino, nas datas estabelecidas no calendário acadêmico;
- Coordenar as atividades relacionadas com os processos de avaliação externa dos estudantes;
- Propor, com a anuência da Chefia nos termos da política institucional, a contratação dos docentes ou a alteração da jornada de trabalho destes;
- Participar, com a Chefia do Departamento Acadêmico, da avaliação de pessoal docente e administrativo, no âmbito do Departamento;
- Coordenar, em consonância com o Departamento Acadêmico, o processo de matrícula;
- Atuar na divulgação do curso;
- promover a articulação entre as áreas de seu curso com outras Coordenações de Curso; e
- Controlar e avaliar o desempenho dos monitores, no âmbito do seu curso.

7.2 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo do curso para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade como as diretrizes da UTFPR. O objetivo do Colegiado do Curso Engenharia Eletrônica é auxiliar a Coordenação do Curso visando à melhoria da qualidade do ensino, considerando os aspectos de infraestrutura, qualificação do corpo docente, atualizações do PPC e melhoria do desempenho do corpo discente. As atribuições do colegiado de curso constam na Resolução N^o 103/2019 — COGEP — de 27 de novembro de 2019 ([30](#)).

Dessa forma, São membros do colegiado do curso de Engenharia Eletrônica:

- i Coordenador do Curso, na presidência;
- ii Professor responsável pela atividade de estágio - PRAE;

- iii Professor responsável pelo trabalho de conclusão de curso - PRATCC;
- iv Professor responsável pelas atividades de extensão - PRAExt;
- v Professor responsável pelas atividades de internacionalização- PRAInt;
- vi Professor representante do colegiado de curso na Câmara Técnica do Conselho de Graduação e Educação Profissional (COGEP);
- vii Dois docentes eleitos pelos seus pares e seus respectivos suplentes que ministrem aulas ou tenham atividades relacionadas com as áreas específicas do curso de acordo com regras definidas por cada Coordenação no regulamento de eleição;
- viii Um docente eleito pelos seus pares ou indicado pelo coordenador de curso, que não se enquadre no item 7 e que ministre aulas no curso;
- ix Um representante discente, regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente, indicado pelo órgão representativo dos alunos do curso, e na ausência deste, pelo Coordenador do Curso.

O processo de escolha dos membros do colegiado respeita a SEÇÃO VI - Das eleições para composição do colegiado, da Resolução Nº 103/2019 — COGEP (30). As ações do Colegiado são descritas no Artigo 3º desta mesma resolução. A frequência de reuniões é descrita na SEÇÃO VII - DAS REUNIÕES. Os demais procedimentos podem ser consultados no próprio Regulamento.

Com isto, o colegiado dá voz a todos os professores diretamente envolvidos em lecionar os conteúdos específicos, enquanto integra professores de outras áreas. Adicionalmente, abre espaço tanto para os alunos que se encontram nos períodos iniciais, quanto para os que se encontram próximos de concluir o curso.

7.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante — NDE — foi criado por meio da Portaria Nº147 do MEC de 2 de fevereiro de 2007 (31), com o propósito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. As atribuições do NDE constam no Parecer CONAES Nº4 de 17 de junho de 2010 (32) e respectiva Resolução Nº1 de 17 de junho de 2010 (33), citada: “O NDE de um curso de graduação é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC”. Ressalta-se que a atuação do NDE é um critério considerado pelo INEP na avaliação institucional e de cursos. Conforme a Resolução supracitada, Art. 2º, são atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- i contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ii zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- iii zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- iv zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação.

O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, avaliação, solidificação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Este grupo é caracterizado por ser responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento do PPC. No âmbito institucional, a Resolução Nº9/12-COGEPE, de 13 de abril de 2012 (34) institui o Regulamento Do Núcleo Docente Estruturante Dos Cursos De Graduação da UTFPR.

O NDE do Curso de Graduação em Engenharia Eletrônica do Campus Toledo é composto, em sua maioria, por docentes da área específica do curso de Engenharia Eletrônica, podendo existir membros das áreas de matemática, física, computação e humanidades.

O NDE reúne-se periodicamente para elaboração e constante aperfeiçoamento do PPC. Mantém discussões sobre os assuntos de cunho pedagógico relacionados diretamente ao curso. Propõe alterações para integração curricular interdisciplinar. Discute melhorias e incentivos a pesquisa e extensão, sempre zelando pelo cumprimento das diretrizes curriculares. Mantém um currículo atualizado com as novas tecnologias e tendências do ensino.

7.4 CORPO DOCENTE

O corpo docente da UTFPR, por ser uma universidade oriunda do antigo CEFET-PR, é constituído por Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), Professores de Magistério Superior, e eventualmente, por Professores Visitantes e Professores Substitutos.

Os documentos institucionais Regimento Geral da UTFPR e Estatuto da UTFPR (23) referem-se ao corpo docente no Título V, Capítulo I. As atividades docentes relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão estão definidas no Regulamento da Atividade Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, conforme DELIBERAÇÃO COUNI Nº25/2018, de 14 de setembro de 2018 (35).

A composição do corpo do docente das áreas profissionalizante e profissionalizante específica do curso de Engenharia Eletrônica, considerando formação na graduação, titulação acadêmica stricto sensu e regime de trabalho, é apresentada nos Quadros 26 e 27.

Quadro 26 – Composição e formação do corpo docente da COELE-TD das áreas profissionalizante e profissionalizante específica (em Novembro de 2021)

Docente	Graduação	Titulação	Regime de Trabalho
Alberto Yoshihiro Nakano	Engenharia Elétrica	Doutor	Dedicação Exclusiva (DE)
Alberto Vinicius de Oliveira	Engenharia Elétrica	Doutor	DE
Alessandro Paulo de Oliveira	Engenharia Elétrica	Doutor	DE
Ednei Luiz Miotto	Engenharia Elétrica	Doutor	DE
Eduardo Vinicius Kuhn	Eng. de Controle e Automação	Doutor	DE
Fabio Rizental Coutinho	Engenharia Elétrica	Doutor	DE
Felipe Walter Dafico Pfrimer	Engenharia Elétrica	Doutor	DE
Jose Dolores Vergara Dietrich	Eng. de Controle e Automação	Doutor	DE
Marcos Roberto Bombacini	Engenharia Elétrica	Doutor	DE
Marcus Paulo Costa Carvalho	Engenharia Elétrica	Especialista	Substituto 40h
Sofia Moreira De Andrade Lopes	Engenharia Elétrica	Especialista	Substituto 40h
Victor Alexandre Franco De Carvalho	Engenharia Elétrica	Mestre	DE
Jaqueline Vargas	Eng. de Controle e Automação	Mestre	Afastada
Jorge Augusto Vasconcelos Alves	Eng. de Controle e Automação	Mestre	Afastado

Quadro 27 – Titulação do corpo docente da COELE-TD (em Novembro de 2021)

Especialistas	Mestres	Doutores
14,3%	21,4%	64,3%

8 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um processo planejado e normatizado na UTFPR. A partir dos indicadores obtidos pelas avaliações, a gestão do curso define encaminhamentos para orientar a melhoria contínua da qualidade, eficiência, eficácia e publicidade, entendidas como princípios que agregam valor às atividades desenvolvidas pela Instituição (11).

O processo de avaliação institucional é composto por diversos instrumentos, tanto externos quanto internos, cujo acompanhamento, análise e *feedback* são realizados pela Comissão própria de Avaliação (CPA).

8.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A CPA da UTFPR tem por finalidade o planejamento, o desenvolvimento, a coordenação e a supervisão da política de avaliação institucional.

A CPA iniciou suas atividades em dezembro de 2004 (36) e, com a transformação de CEFET-PR em UTFPR, o seu regulamento foi atualizado pela Deliberação COUNI Nº 13/2009 (37). A página da CPA na internet está disponível no endereço: <<http://portal.utfpr.edu.br/comissoes/permanentes/cpa>>.

8.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO (INTERNA)

No âmbito da avaliação interna, a UTFPR vem desenvolvendo e aprimorando instrumentos de acompanhamento e de avaliação, com destaque para:

- Levantamento do perfil socioeconômico e educacional dos estudantes;
- Avaliação do desempenho dos servidores da UTFPR (docentes e técnico administrativos); do docente pelo discente; do servidor em função de chefia, pela equipe de trabalho; e do desempenho coletivo de setores da Instituição, sob a perspectiva dos usuários;
- Pesquisa de clima organizacional; de satisfação do cliente externo.

8.3 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação institucional externa, de cursos e o ENADE são executados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), vinculado ao MEC. O conhecimento dos resultados da avaliação, associado às mudanças e aos desafios que vêm se apresentando para a sociedade como um todo, possibilita que UTFPR estabeleça novos patamares institucionais, no sentido acadêmico e como indutora do desenvolvimento sustentável e de relevância social no seu entorno.

8.4 AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UTFPR trabalha com uma avaliação semestral dos docentes feita pelos discentes. Esta avaliação é um importante instrumento de acompanhamento da qualidade de ensino oferecido, proporcionando aos alunos uma participação efetiva na busca pela excelência do ensino.

O instrumento busca evitar o caráter punitivo, constituindo uma avaliação construtiva, e oferece aos docentes um retorno dos alunos sobre sua atuação. As avaliações são realizadas através de formulários eletrônicos, disponibilizados no sistema acadêmico, e podem ser acessados conforme a disponibilidade do aluno no período de avaliações. Os resultados não apresentam nenhum tipo de identificação pessoal dos alunos, e permanecem no banco de dados, e são processados pela Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (DIRGTI), sendo divulgados aos Departamentos Acadêmicos e Coordenações de Curso somente após o término do semestre letivo, para que os alunos não se sintam inibidos em realizar a avaliação. Após o acesso aos resultados serem liberados aos docentes, a coordenação de curso busca dialogar com os mesmos, identificando os pontos fortes e fraquezas, de modo a colaborar com o processo.

O Campus conta com duas comissões específicas para acompanhar o processo de avaliação do docente pelo discente, a comissão de aplicação e a comissão pedagógica. A comissão de aplicação é responsável pela aplicação do processo avaliativo, acompanhando os índices de participação dos alunos, detectando os motivos causadores de baixos índices de participação e incentivando a participação. A comissão pedagógica, em conjunto com o Coordenador de Curso realiza a devolutiva dos resultados e propõe atividades para reparar pontos frágeis e aprimorar a prática docente.

O docente também tem seu desempenho avaliado pela chefia, através da avaliação desenvolvida pela coordenação de recursos humanos, por meio do Sistema de Avaliação Institucional (SIAVI). Este processo de avaliação serve como parâmetro para avaliar a instituição, comportamentos e chefias, estando intimamente relacionado com as atividades de planejamento e gestão de resultados. A avaliação de desempenho fornece subsídios à área de recursos humanos, considerando a capacitação e carreira dos servidores.

Além dos instrumentos institucionais que realizam a avaliação de desempenho dos docentes, por sugestão da coordenação de Curso e do Departamento de Educação, os professores são aconselhados a realizar uma avaliação de sua disciplina e de seu desempenho em sala de aula ao final de cada disciplina, buscando a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Visando a complementar os instrumentos já utilizados para a avaliação do docente, o curso desenvolveu um instrumento próprio de auto avaliação, que contempla também a atuação do docente.

Como a avaliação do docente pelos alunos já é contemplada na avaliação institucional, o instrumento de autoavaliação do curso apresenta um enfoque maior na autoavaliação do docente acerca de sua atuação nos componentes curriculares. Dessa forma, é realizada

a autoavaliação do docente, com o instrumento de autoavaliação do curso, a avaliação, através da avaliação do docente pelo discente, e a heteroavaliação, através da avaliação de desempenho do servidor.

8.5 AVALIAÇÃO DO CURSO

Os mecanismos de avaliação permanente da efetividade do processo de ensino-aprendizagem visam compatibilizar a oferta de vagas e o modelo do curso com a demanda do mercado de trabalho. O principal mecanismo utilizado para a avaliação do curso é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, através do Decreto No 5.773, de 9 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Esta avaliação tem como componentes os seguintes itens:

- Autoavaliação, conduzida pelas CPAs;
- Avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP;
- Avaliação dos cursos de graduação (ACG);
- ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desenvolvimento dos estudantes.

Visando ao aperfeiçoamento contínuo do curso, o NDE faz uma avaliação semestral das atividades realizadas no período, sempre discutindo formas de melhorar a atuação da coordenação e dos docentes.

8.6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é de responsabilidade da CPA composta por membros da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, formando um colegiado, para planejar e executar a avaliação institucional no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), estabelecido pela Lei 10.861, de 14/04/2004 (38).

As Instituições de Ensino Superior (IES) são avaliadas em três momentos:

- i Avaliação institucional (auto avaliação e avaliação externa);
- ii Avaliação dos cursos;
- iii Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

A avaliação institucional externa, de cursos e o ENADE são executados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). É responsabilidade da CPA executar a autoavaliação institucional. Nesse contexto, a avaliação dos servidores é composta pela avaliação individual

do servidor (realizada pela chefia imediata do servidor), avaliação do docente pelo discente, avaliação dos setores pelos usuários, e avaliação das chefias pelos subordinados. A avaliação individual do servidor é realizada anualmente pela chefia imediata do servidor, compondo parte de sua nota na avaliação de desempenho. Essa avaliação é complementada pela avaliação do docente pelo discente, no caso dos professores, e pela avaliação do setor pelo usuário, no caso dos servidores técnico administrativos. A avaliação de clima organizacional também é realizada pela instituição, com o objetivo de identificar as fragilidades e fortalezas institucionais. Todos os instrumentos utilizados nas avaliações são informatizados.

8.7 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Dentre os vários indicadores de qualidade de uma Instituição de Ensino Superior destacam-se os resultados de investigações empíricas sobre o acompanhamento da vida profissional e educacional de seus egressos. Egresso é todo estudante que concluiu seus estudos no ensino de graduação ou pós-graduação, e como tal pode continuar com vínculos não só afetivos, mas que também participem de atividades que a instituição organiza e desenvolve na área do ensino, pesquisa e extensão, em graus e níveis distintos.

O acompanhamento do egresso é um elemento importante para avaliação e revisão do curso, especialmente, no que se refere a relação entre currículo e mundo do trabalho. O setor responsável pelo acompanhamento dos egressos na UTFPR, atualmente, é a Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC). O acompanhamento de egressos realizado pela UTFPR tem como principais objetivos:

- Propiciar à UTFPR o cadastramento dos principais empregadores dos nossos egressos, bem como um cadastro atualizado dos nossos ex-alunos;
- Desenvolver meios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos, através da realimentação por parte da sociedade e especialmente dos ex-alunos;
- Criar condições para a avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho;
- Criar indicadores confiáveis para a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e conteúdos empregados pela instituição no processo ensino aprendizagem;
- Dispor de informações atualizadas dos nossos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição;
- Disponibilizar aos nossos formandos oportunidades de emprego, disponibilizadas à DIREC por parte das empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal.

Os egressos do curso de Engenharia Eletrônica sempre são convidados a participar de mesas redondas, semanas acadêmicas para apresentar suas experiências profissionais. Os egressos atuam nas mais diversas áreas como indústria, laboratórios de análises, gestão da qualidade, pesquisa e pós-graduação.

9 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

Como instituição comprometida com a formação inicial e continuada, a UTFPR dispõe de um Programa de Desenvolvimento Profissional Docente da UTFPR, aprovado pela Resolução COGEP Nº 32/2019 (39), com finalidade do aperfeiçoamento da prática docente, possibilitando a busca de alternativas às dificuldades que envolvem os processos de ensino e aprendizagem na Instituição.

Conceitua-se no meio acadêmico, em especial o universitário, que a palavra formação é “entendida como um processo que tende a desenvolver no adulto certas capacidades mais específicas com vistas a desempenhar um papel particular que implica em um conjunto definido de técnicas e tarefas” (40, p. 25). Esse processo de formação é um fenômeno complexo e diverso que se vincula com a capacidade dos sujeitos envolvidos bem como com a sua vontade. Significa dizer que é o indivíduo, a pessoa o responsável pela ativação e desenvolvimento dos processos formativos. No entanto, é também por meio da formação mútua que os sujeitos podem encontrar contextos de aprendizagem que favoreçam à busca de metas de aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Nesse sentido, Vaillant e García (40) elucidam alguns conceitos necessários ao contexto da formação, tais como: autoformação, heteroformação e interformação. Para esses autores, a autoformação é uma formação em que o sujeito participa de forma independente e possui o controle dos seus objetivos, dos seus processos, dos seus instrumentos e dos resultados da própria formação. Já a heteroformação se organiza e se desenvolve “de fora”, por especialistas, sem que seja comprometida a personalidade do sujeito participante e finalmente a interformação é aquela que se produz em contextos de trabalho em equipe.

O NDE acredita que de tudo o que foi conceituado até o momento, para a UTFPR, a formação é um processo individual e social. E nesse sentido, para além da formação, há que se considerar que os profissionais da educação estão envoltos nos processos de ensino e aprendizagem em seus diferentes contextos e principalmente, lembrando que estamos formando adultos. Assim, é necessário, a cada semestre repensar os contextos de formação e as conexões que os mesmos estabelecem com a prática profissional. Inseridos no contexto universitário, há a necessidade de repensar os processos que abarcam o fazer docente e nele situa-se o processo de ensino e aprendizagem. O processo de ensino e aprendizagem reveste-se de nuances que envolvem o ato de planejar, executar, avaliar, num ciclo que não se encerra: é um processo dialógico e dialético, portanto sempre inacabado.

Nesse processo estão em jogo negociações, aprendizagens, ensinamentos, trocas de experiências que enriquecem nosso fazer pedagógico e possibilitam nossa autoformação, heteroformação e interformação. Por se tratar de um processo contínuo, a cada etapa novas necessidades vão surgindo, novas exigências gestoras, educativas, sociais, tecnológicas

e culturais vão se apresentando e é necessário rediscuti-las, confrontá-las, analisá-las e melhorá-las.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (11) a UTFPR em sua estrutura organizacional conta com o Departamento de Educação vinculado à PROGRAD que tem como ações diretamente ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e de formação continuada as seguintes:

- Desenvolver uma política institucional para os programas de educação continuada para os coordenadores e professores de cursos da UTFPR;
- Em cada Campus, o Departamento de Educação visa implementar ações para aplicação das políticas visando melhorias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o período de planejar e de formação é fundamental para refletir, discutir, acordar, discordar, mas acima de tudo refletir sobre a experiência vivida, pois segundo Vaillant e García (40, p. 41) “a análise da prática observada ou experimentada, à luz das crenças e conhecimentos próprios, permite pôr em questão as próprias ideias e avançar em direção a uma maior autoconsciência do conhecimento profissional”.

Assim, a Diretoria de Graduação e Educação Profissional por meio do seu Departamento de Educação propõe continuamente no início de cada semestre letivo os Projetos de Planejamento Educacional para o Campus de Toledo da UTFPR. Dessa forma, envolve-se todos os seus profissionais da educação, conforme objetivos e cronogramas executados após consulta efetuada com seus docentes e coordenadores de curso nos momentos de colegiado e individualmente, sob a ótica das avaliações realizadas no primeiro e segundo semestre de cada ano letivo dos docentes pelos discentes, nos resultados apontados pelos relatórios de gestão e autoavaliação e pelas metas que o DEPED almeja alcançar nos processos de autoformação, heteroformação e interformação com todos os profissionais da educação.

O período de Planejamento de Ensino e Capacitação Docente é desenvolvido por palestras, minicursos, reuniões e planejamento de ensino. As palestras têm como meta suscitar debates em torno do aluno que temos hoje na Universidade: conectado ao mundo virtual e digital, com forte apelo midiático, com parca formação científica básica, pertencente ao mundo contemporâneo, ao qual o professor precisa ficar “antenado” sob pena de ser ultrapassado em seus métodos e técnicas de trabalho e diálogo em sala de aula, as temáticas da inclusão e a própria formação do professor e do profissional, bem como aprofundar temáticas relacionadas a metodologias de ensino.

Os minicursos são proposições oriundas da necessidade levantada pelos docentes e técnicos administrativos que vislumbram esse período formativo como ideal para ampliar suas competências e habilidades laborais e tecnológicas, bem como advém das demandas propostas pela Comissão Própria de Avaliação em relação à avaliação dos cursos.

As reuniões são os espaços de discussão e proposição dos diferentes grupos de trabalho, que tem a sua frente professores/as como líderes de diferentes comissões que necessitam planejar, fazer devolutivas de trabalhos realizados, bem como dar prosseguimento a trabalhos iniciados em cada ano letivo. Também é o espaço em que a equipe gestora do Campus pode repassar informações, planejar ações coletivas e apresentar as normativas que se fizerem necessárias para a continuidade dos trabalhos que serão efetivados no primeiro e segundo semestre de cada ano letivo.

Além das ações propostas nas Semanas de Capacitação e Planejamento anualmente, o Campus Toledo da UTFPR tem uma “Proposta de Formação Pedagógica Continuada para os Docentes”. Essa proposta é uma iniciativa do Departamento de Educação (DEPED) e que por sua vez responde à Diretoria de Graduação e Educação Profissional (DIRGRAD) (UTFPR, 2009).

10 ESTRUTURA DE APOIO

10.1 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria são parte fundamental na melhoria do processo de acompanhamento dos discentes, seja no início do curso, com atividades de acolhimento e ambientação, seja durante o curso, nas atividades das disciplinas semipresenciais e não presenciais.

No contexto do curso de Engenharia Eletrônica existem vários grupos estudantis que atuam no processo de ambientação, acolhimento e tutoria dos discentes ingressantes. Estes grupos estudantis são acompanhados por docentes na execução das atividades com os discentes ingressantes. Atualmente, fazem parte destas atividades:

- Centro Acadêmico de Engenharia Eletrônica (CAEE);
- Equipe Hefestus de Robótica <facebook.com/hefestus.utfpr/>;
- Empresa Júnior Exata.

A partir da reformulação deste PPC, disciplinas semipresenciais e não presenciais passam a compor a matriz curricular do curso. Desta forma, a Resolução 39/2019 (!!Referenciar) regulamenta a criação e a oferta de unidades curriculares na modalidade semipresencial e na modalidade não presencial, em cursos de Graduação presenciais da UTFPR. Conforme o previsto nessa resolução, será definida uma metodologia de tutoria presencial e não presencial pelos docentes e por monitores discentes preparados para este fim.

10.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Os mecanismos de interação são caracterizados como

“o conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem (que são, basicamente, os docentes, tutores e discentes), no contexto da oferta do curso superior na modalidade à distância” (BRASIL, 2004) (!! Referenciar - vem do ppc atual).

O uso de recursos tecnológicos aplicados à educação e comunicação é importante enquanto podem ilustrar conceitos abstratos complexos e enriquecer o contexto de ensino e aprendizagem. Nesse cenário, complementar as técnicas tradicionais com elementos que facilitem a assimilação dos assuntos abordados e contribuam para que a interação entre alunos e professores se torne mais interessante e produtiva pode representar o diferencial em cursos que exijam alto grau de abstração.

As ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) incluem desde conteúdos digitais bem preparados, que podem ser facilmente disponibilizados, passando pela manutenção de sítios *online*, que se tornam repositórios de informação, chegando a mecanismos mais elaborados de gerenciamento de conteúdo e colaboração.

No Instrumento de Avaliação do Curso a partir de 2012 [77] (!!), e também presente no Indicador 1.16 de 2017 [78] (!!), os mecanismos de interação são caracterizados como o conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem (que são, basicamente, os docentes, tutores e discentes), no contexto da oferta do curso superior na modalidade a distância.

A instituição disponibiliza alguns ambientes e artefatos de comunicação para mediar atividades didáticas nas modalidades presencial e não presencial:

- Página pessoal docente;
- Moodle institucional;
- Plataforma GSuite for Education;
- Serviço Mconf em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- Base Digital de dados;
- Repositórios institucionais;
- Office 365.

Diante disso, o processo de ensino aprendizagem é intensificado com o uso das TIC e demais artefatos tecnológicos, por meio de atividades de comunicação, colaboração e compartilhamento, propiciando a construção e a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades pessoais e interpessoais do corpo discente, e fomentando novas práticas do docente.

Os recursos tecnológicos disponíveis no campus são mediados pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação (COGETI), sendo responsável pelo Moodle institucional. Adicionalmente, dá suporte à infraestrutura de redes, manutenção de computadores e instalação de softwares. Além disso, o sistema de bibliotecas disponibiliza ampla base digital de dados e repositórios institucionais para produção acadêmica em geral.

10.3 AMBIENTES DE APRENDIZAGEM (PRESENCIAL/HÍBRIDO/EAD)

Com relação à infraestrutura dos ambientes de ensino e aprendizagem, atualmente o Campus dispõe de:

- 18 salas de aula com capacidade para 50 alunos cada, sendo que estas são equipadas com projetor multimídia, ventiladores e quadro branco e 2 salas com capacidade de 24 alunos com os mesmos equipamentos listados anteriormente;
- Uma sala de atendimento de monitoria;
- Uma sala de estudo 24 horas;
- Sete laboratórios de informática para aulas teóricas ou práticas que necessitem de softwares;
- Seis laboratórios de exclusivos para os alunos do curso de Engenharia Eletrônica;
- Dois laboratórios de aulas práticas de Física;
- Sete laboratórios para aulas práticas de química com capacidade para 24 alunos cada;
- Uma biblioteca, com 5 salas de estudo, mesas de estudos individuais, livros da bibliográfica básica e complementar (entre outros), revistas, periódicos, computadores com acesso a rede e equipado com os softwares utilizados em nos laboratórios de informática.

Já em termos de ambientes virtuais de aprendizagem, estes devem proporcionar a discente e docente recursos que facilitem a execução de atividades síncronas e assíncronas, bem como meios para interação e devolutiva ao discente. Atualmente, a UTFPR disponibiliza ao menos dois ambientes virtuais de ensino aprendizagem (AVEA): Moodle e Gsuit for Education. O ambiente Moodle é uma ferramenta já amplamente empregada em disciplinas presenciais, semipresenciais e não presenciais. Trata-se de um sistema de gerenciamento de aprendizagem open-source e gratuito. Pode ser utilizado para diversos fins educacionais, seja na educação a distância, organização de materiais educacionais e auxílio a metodologias ativas.

O ambiente Gsuit for Education é uma plataforma educativa colaborativa, que une diversos recursos disponíveis do Google. Nesta plataforma é possível utilizar editor de texto, apresentação de slides, planilhas, agenda, e drive, todos de forma colaborativa. Além disso, o Google Classroom auxilia no gerenciamento de uma sala virtual e encontros síncronos podem ocorrer com a ferramenta Google Meet.

10.4 MATERIAL DIDÁTICO

A respeito de materiais didáticos, há uma ampla gama de materiais que podem ser aplicados às disciplinas presenciais, semipresenciais e/ou não presenciais. Gravação de aulas, tutoriais, apostilas, guias práticos são recursos que cada professor utiliza/desenvolve, de acordo com a necessidade, para sua disciplina. Estes materiais são mantidos em

repositório próprio do professor, tal como página pessoal, Moodle, Google Drive, Youtube e demais plataformas disponíveis.

Além disso, o sistema de bibliotecas disponibiliza ampla base digital de dados e repositórios institucionais para uso didático em geral.

10.5 INFRAESTRUTURA DE APOIO ACADÊMICO

A estrutura de apoio é entendida por apoio pedagógico e infraestrutura física de apoio acadêmico, de ensino e de aprendizagem.

Em termos de estrutura de apoio pedagógico, a UTFPR conta com o Departamento de Educação (DEPED) voltado à consolidação e melhoria do processo de ensino aprendizagem, conforme estabelece o Regimento Geral da UTFPR.

O DEPED é composto por:

- Núcleo de Ensino (NUENS) voltado à gestão pedagógica e o atendimento direto aos docentes;
- Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE) voltado ao atendimento coletivo e individualizado dos discentes.

Além disso, a UTFPR tem começado a implementar em seus campi o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Esta estrutura busca prover recursos e serviços, de acordo com as necessidades individuais dos estudantes com deficiência (PcD), transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. O intuito é eliminar fatores que restringem ou impedem a participação plena e o desenvolvimento acadêmico e social, em condição de igualdade com as demais pessoas.

Em termos de infraestrutura física de apoio acadêmico, de ensino e de aprendizagem, a UTFPR conta com a Secretaria de Gestão Acadêmica (SEGEA) e Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação (COGETI).

A relação entre docente e a infraestrutura de apoio pode ocorrer de forma direta, de acordo com demandas pontuais ou em momentos de capacitação e orientação aos docentes, como também de forma indireta por meio da coordenação do curso.

10.6 INSTALAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

As instalações do Curso de Engenharia Eletrônica fazem parte do Campus Toledo e funcionam atualmente sito à rua Cristo Rei, 19 – Vila Becker – CEP: 85902-490 – Toledo – PR.

As atividades de ensino no Campus Toledo são realizadas nos blocos A, C, E e nos laboratórios anexos à quadra de esportes. As instalações do curso de Engenharia Eletrônica do Campus de Toledo se concentram no Bloco A que possui como infraestrutura 3381 m²

dispostas em quatro pavimentos constituídos de laboratórios, salas de aula e áreas administrativas descritos no Quadro 21. Eventualmente, outros ambientes dos blocos C e E são empregados nas atividades de ensino.

11 PREVISÃO DO QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Atualmente o campus conta com 61 servidores técnicos administrativos, em sua maioria com formação superior. As coordenações dos cursos de graduação contam com 4 servidores que assessoram os coordenadores dos cursos de graduação do campus.

No quadro de colaboradores técnico-administrativos a COELE-TD conta com um técnico especializado, cuja função está relacionada com o suporte aos laboratórios específicos do curso de Engenharia Eletrônica, desempenhando as seguintes atividades:

- manter os equipamentos em bom estado de conservação;
- controlar o empréstimo dos materiais e equipamentos utilizados no curso;
- registrar e comunicar ao chefe de laboratório e ao coordenador do curso a necessidade de eventuais manutenções;
- auxiliar na montagem de experimentos, montagem de kits didáticos, entre outras atividades;
- auxiliar nos processos de compra de materiais e equipamentos.

O curso de Engenharia Eletrônica é atendido, também, por um estagiário que auxilia o técnico de laboratório.

REFERÊNCIAS

- 1 UTFPR. **Resolução nº 076/08-COEPP - Projeto de Abertura do Curso de Graduação em Engenharia Eletrônica**. Curitiba, PR, 2008. <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 2 MEC. **Reconhecimento de Curso - Portaria nº 176 DE 18 de abril de 2013**. Brasília, DF, 2013. <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 3 MEC. **PORTARIA Nº 1099 DE 24 de dezembro de 2015**. Brasília, DF, 2015. <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 4 MEC. **PORTARIA Nº 923 DE 27 de dezembro de 2018**. Brasília, DF, 2018. <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 5 MEC. **PORTARIA Nº 111 DE 4 de fevereiro de 2021**. Brasília, DF, 2021. <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 6 BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.
- 7 COGEP. **Resolução Nº 90/2018 - COGEP - Diretrizes para os Cursos de Graduação Regulares da UTFPR**. Curitiba, PR, 2018. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/diretrizes-e-regulamentos>>.
- 8 MEC. **Resolução nº2 CNE/CES, de 24 de abril de 2019**. Brasília, DF: CNE/-CES, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>>.
- 9 BRASIL. **Lei Nº 11.184, de 7 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm>.
- 10 IBGE. **Toledo**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/toledo.html>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 11 UTFPR. **Deliberação Nº 35/2017, de 18 de dezembro de 2017 - Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2018-2022**. Curitiba, PR, 2017. <<https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/15P0OcMLMdt9Rv7>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 12 UTFPR. **Projeto Pedagógico Institucional UTFPR 2018**. Curitiba, PR, 2018. <[confirmar](#)>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 13 BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. [S.l.]: Editora Vozes, 2017. ISBN 9788532656100.

- 14 SCALLON, G. **Avaliação da aprendizagem numa abordagem por competências**. PUCPRess, 2017. ISBN 9788568324950. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=gWEwDwAAQBAJ>>.
- 15 BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República - Casa Civil, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.
- 16 BRASIL. **Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República - Casa Civil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>.
- 17 MEC. **Parecer CNE/CES nº 776/1997, aprovado em 3 de dezembro de 1997 - Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação**. Brasília, DF: CNE/CES, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12986>.
- 18 MEC. **Parecer CNE/CES nº 583/2001, aprovado em 4 de abril de 2001 - Orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação**. Brasília, DF: CNE/CES, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12986>.
- 19 COGEP. **Resolução Nº 81/2019 - COGEP - Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação da UTFPR**. Curitiba, PR, 2019. Disponível em: <https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1033898&id_orgao_publicacao=0>.
- 20 PIZZATO, M. C. et al. **Concepções sobre pesquisa em ensino: Categorias de análise**. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. [S.l.: s.n.], 2009.
- 21 UTFPR. **Deliberação nº 04/2009 do Conselho Universitário da UTFPR - Adesão ao SiSU**. Curitiba, PR, 2009. <<https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/d9Pni60R2VJJkeZ>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 22 BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm>. Acesso em: 16 de abril de 2021.
- 23 UTFPR. **Estatuto e Regimento Geral da UTFPR**. Curitiba, PR, 2018. <<https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/y2EPBRd2Ht0T88n>>. Acesso em: 18 de março 2021.
- 24 PROGRAD. **Instrução Normativa 02/10 - PROGRAD - Estabelece os turnos de oferta, a duração da hora-aula e o horário institucional das aulas dos Cursos de Graduação e Educação Profissional da UTFPR**. Curitiba, PR, 2010. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/IN/2010/instrucao-normativa-02-10-prograd-de-21-06-2010>>.

- 25 MEC. PORTARIA Nº2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF: CNE/CES, 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>.
- 26 COGEP. Resolução Nº 84/2017 - COGEP - estabelece normas para Antecipação, Substituição e Reposição de aulas presenciais dos Cursos de Educação Profissional Técnico de Nível Médio e Graduação da UTFPR. Curitiba, PR, 2017. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/documentos/conselhos/cogep/resolucoes/resolucoes-2017/reso-084-17-antecipacao-substituicao.pdf>>.
- 27 COGEP-COEMP. Resolução Conjunta Nº 01/2020, de 02 de junho de 2020 - REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DOS CURSOS DE BACHARELADO, DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA E DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA UTFPR. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1608522&id_orgao_publicacao=0>.
- 28 COGEP. Resolução Nº 145/2019 — COGEP — Regulamento da escolha de Coordenadores de Curso dos Cursos de Graduação da UTFPR. Curitiba, PR, 2019. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/diretrizes-e-regulamentos>>.
- 29 COUNI. Deliberação Nº 07/2009 — Regimento Geral da UTFPR. Curitiba, PR, 2009. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais>>.
- 30 COGEP. Resolução Nº 103/2019 — COGEP — Regulamento do colegiado de curso de graduação e educação profissional da UTFPR. Curitiba, PR, 2019. Disponível em: <<https://portal.utfpr.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/diretrizes-e-regulamentos>>.
- 31 MEC. Portaria Nº147, de 2 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria147.pdf>>.
- 32 CONAES. Parecer CONAES Nº4, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante — NDE. Brasília, DF: CONAES, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>>.
- 33 CONAES. Resolução Nº1, de 17 de junho de 2010. Brasília, DF: CONAES, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>>.
- 34 COGEP. Resolução Nº 9/2012 — COGEP — Atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação da UTFPR. Curitiba, PR, 2012. Disponível em: <<https://portal.utfpr.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/diretrizes-e-regulamentos>>.

- 35 COUNI. Deliberação Nº 25/2018 — Regulamento da Atividade Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, PR, 2018. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/documentos/conselhos/couni/deliberacoes/2018>>.
- 36 COUNI. Deliberação Nº 8/2004 — Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação — CPA — do CEFET-PR. Curitiba, PR, 2004. Disponível em: <<https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/riqctcDJcA2PRvo>>.
- 37 COUNI. Deliberação Nº 13/2009 — Atualização do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação — CPA — do CEFET-PR. Curitiba, PR, 2009. Disponível em: <<https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/riqctcDJcA2PRvo>>.
- 38 BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril 2004. A Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República - Casa Civil, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>.
- 39 COGEP. Resolução Nº 32/2019 — COGEP — Proposta de Regulamento do Programa de Desenvolvimento Profissional Docente da UTFPR. Curitiba, PR, 2019. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/diretrizes-e-regulamentos>>.
- 40 VAILLANT, D.; GARCÍA, C. Ensinando a ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem. UTFPR, 2012. ISBN 9788570140975. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=i4cRjwEACAAJ>>.